

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

NATAN DE OLIVEIRA REZENDE

**PÁGINAS MARCADAS: DISCURSOS SOBRE HIV/AIDS NO JORNAL “O
PASQUIM” DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO (1980 - 1990)**

CRICIÚMA

2026

NATAN DE OLIVEIRA REZENDE

PÁGINAS MARCADAS: DISCURSOS SOBRE HIV/AIDS NO JORNAL “O PASQUIM” DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO (1980 - 1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Maria Luisa Rico Gómez

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

R467p Rezende, Natan de Oliveira.

Páginas marcadas : discursos sobre HIV/AIDS no
Jornal "O Pasquim" de São Paulo e Rio de Janeiro
(1980 - 1990) / Natan de Oliveira Rezende. - 2026.
93 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do
Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2026.
Orientação: Ismael Gonçalves Alves.
Coorientação: Maria Luisa Rico Gómez.

1. AIDS (Doença) - Aspectos sociais - Brasil.
2. AIDS (Doença) na comunicação de massa - Brasil.
3. Mídia impressa - Aspectos sociais. 4. Estigma
social. 5. Pânico - Aspectos sociais. 6. Saúde
pública. - I. Título.

CDD 23. ed. 362.1969792

Bibliotecária Elisângela Just Steiner - CRB 14/1576
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Natan de Oliveira Rezende

PÁGINAS MARCADAS: DISCURSOS SOBRE HIV/AIDS NO JORNAL ‘O PASQUIM’ DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO (1980–1990)

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre(a) em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
ISMAEL GONCALVES ALVES
Data: 29/07/2026 15:40:07-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves
(Presidente e Orientador – UNESC)



Profa. Dra. Elisangela da Silva Machieski
(Membra – Universidad Complutense de Madrid)

Firmado digitalmente por
MARIA LUISA|RICO|GOMEZ
Fecha: 2026.06.08
23:06:38 +02'00'

Profa. Dra. María Luisa Rico Gómez
(Coorientadora - Universidad de Alicante)

Documento assinado digitalmente
CAMILA SERAFIM DAMINELLI
Data: 09/06/2026 09:45:28-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Camila Serafim Daminelli
(Membra – UNESC)

Documento assinado digitalmente
NATAN DE OLIVEIRA REZENDE
Data: 22/07/2026 08:46:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Natan de Oliveira Rezende
(Discente)

Criciúma, 29 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM
Data: 29/07/2026 17:50:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
Coordenador do PPGDS – UNESC

Dedico esse trabalho a nós, pertencentes
da comunidade LGBTQIAPN+ que
diariamente buscam (sobre)viver.

AGRADECIMENTOS

Peço licença pra chegar, nessa longa caminhada que se encerra, agradecendo aos meus guias e aos orixás pela iluminação, proteção e forças em dias difíceis onde pensei por muitas vezes que não teria capacidade de concluir esse sonho ao qual estou realizando.

Agradeço minha família e amigos que estiveram ao meu lado me apoiando em cada momento e trajetória. Aos meus orientadores e professores que fizeram tanta diferença na minha formação acadêmica e estão comigo nessa trajetória até os dias de hoje.

Agradeço ao NIEGEN pelas rodas de conversa ao qual foi possível debater leituras que foram muito úteis para a escrita desse trabalho. Não poderia deixar de agradecer também os programas de incentivo ao qual recebi bolsas de estudo como Prouni, PIBID, PIBIC, Residência Pedagógica e atualmente a bolsa CNPQ que me permitiu realizar o mestrado, o que demonstra a importância desses programas e do investimento em educação pois isso pode sim mudar vidas.

“Existe uma boa maneira de categorizar corpos? O que as categorias nos dizem? As categorias nos dizem mais sobre a necessidade de categorizar os corpos do que sobre os próprios corpos”

Judith Butler

RESUMO

Esta pesquisa analisa a construção discursiva do HIV/AIDS no jornal O Pasquim, publicado no Rio de Janeiro e em São Paulo entre as décadas de 1980 e 1990, buscando compreender como a mídia alternativa participou da produção do imaginário social sobre a doença e os sujeitos a ela associados. Parte-se do problema de pesquisa que questiona de que modo os discursos veiculados pelo periódico contribuíram para a produção de estigmas, para a construção do sujeito soropositivo e para a disseminação de pânicos morais em torno da epidemia, considerando a complexidade multidimensional do fenômeno nas relações entre mídia, sexualidade, políticas públicas de saúde e processos de exclusão social. O objetivo geral consiste em compreender como os discursos presentes no periódico operaram na construção do imaginário social sobre o HIV/AIDS, analisando a produção do sujeito doente e a difusão de estereótipos socioculturais associados à doença. A pesquisa vincula-se à linha de pesquisa Desenvolvimento e Gestão Social ao examinar os impactos sociais, culturais e políticos da produção midiática sobre a epidemia e suas implicações para processos de inclusão, cidadania e desenvolvimento socioeconômico. A interdisciplinaridade estrutura o estudo ao articular história, sociologia, estudos de mídia, saúde coletiva e estudos de gênero, permitindo compreender o HIV/AIDS simultaneamente como fenômeno histórico, construção discursiva e problema social com repercussões nas políticas públicas e nas dinâmicas sociais. O referencial teórico mobiliza Michel Foucault, especialmente as noções de biopolítica e discurso, Judith Butler, na compreensão da performatividade e construção das identidades, e Susan Sontag, na análise das metáforas da doença e do estigma, evidenciando o diálogo entre campos disciplinares distintos. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem quanti-qualitativa, baseada em levantamento documental na Hemeroteca Nacional e análise discursiva das matérias do jornal O Pasquim, com catalogação das ocorrências dos termos HIV e AIDS e exame das narrativas presentes em reportagens, entrevistas e charges. O recorte empírico concentra-se nas edições do periódico entre 1980 e 1990, período inicial da epidemia e de intensa produção midiática sobre o tema. Os resultados indicam que, embora o jornal se apresentasse como veículo alternativo e crítico, suas páginas também reproduziram discursos moralizantes e estigmatizantes, contribuindo para a construção do sujeito soropositivo como ameaça social e para a disseminação de pânico moral, ainda que coexistindo com tentativas de crítica ao sensacionalismo da grande mídia. Como contribuição, o estudo evidencia o papel da mídia na produção de desigualdades simbólicas e sociais e demonstra como discursos jornalísticos influenciaram percepções coletivas, políticas públicas e processos de inclusão social, contribuindo para a compreensão interdisciplinar do desenvolvimento socioeconômico e para o debate sobre direitos e cidadania. A pesquisa dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 3 Saúde e Bem-Estar, ODS 10 Redução das Desigualdades e ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao destacar a importância de combater o estigma e promover informação qualificada.

Palavras-chave: HIV/AIDS; mídia; estigma; O Pasquim.

ABSTRACT

This research analyzes the discursive construction of HIV/AIDS in the newspaper O Pasquim, published in Rio de Janeiro and São Paulo between the 1980s and 1990s, seeking to understand how alternative media participated in shaping the social imaginary surrounding the disease and the subjects associated with it. The study is guided by the research problem that questions how the discourses conveyed by the periodical contributed to the production of stigma, the construction of the seropositive subject, and the dissemination of moral panics around the epidemic, considering the multidimensional complexity of the phenomenon in the relationships between media, sexuality, public health policies, and processes of social exclusion. The general objective is to understand how the discourses present in the newspaper operated in the construction of the social imaginary about HIV/AIDS, analyzing the production of the diseased subject and the diffusion of sociocultural stereotypes associated with the disease. The research is linked to the Development and Social Management research line by examining the social, cultural, and political impacts of media production on the epidemic and its implications for processes of inclusion, citizenship, and socioeconomic development. Interdisciplinarity structures the study by articulating history, sociology, media studies, public health, and gender studies, allowing HIV/AIDS to be understood simultaneously as a historical phenomenon, a discursive construction, and a social problem with repercussions for public policies and social dynamics. The theoretical framework mobilizes Michel Foucault, particularly the notions of biopolitics and discourse; Judith Butler, in the understanding of performativity and identity construction; and Susan Sontag, in the analysis of disease metaphors and stigma, highlighting dialogue among distinct disciplinary fields. Methodologically, the research adopts a quantitative-qualitative approach based on documentary research in the Brazilian National Digital Newspaper Library and discursive analysis of O Pasquim articles, including the cataloging of occurrences of the terms HIV and AIDS and the examination of narratives present in reports, interviews, and cartoons. The empirical scope focuses on the newspaper editions published between 1980 and 1990, the initial period of the epidemic and of intense media production on the topic. The results indicate that although the newspaper presented itself as an alternative and critical vehicle, its pages also reproduced moralizing and stigmatizing discourses, contributing to the construction of the seropositive subject as a social threat and to the dissemination of moral panic, while simultaneously including attempts to criticize the sensationalism of mainstream media. As a contribution, the study highlights the role of media in the production of symbolic and social inequalities and demonstrates how journalistic discourses influenced collective perceptions, public policies, and processes of social inclusion, contributing to an interdisciplinary understanding of socioeconomic development and to debates on rights and citizenship. The research also engages with the Sustainable Development Goals, particularly SDG 3 (Good Health and Well-being), SDG 10 (Reduced Inequalities), and SDG 16 (Peace, Justice and Strong Institutions), by emphasizing the importance of combating stigma and promoting qualified information.

Keywords: HIV/AIDS; media; stigma; O Pasquim.

RESUMEN

Esta investigación analiza la construcción discursiva del VIH/SIDA en el periódico *O Pasquim*, publicado en Río de Janeiro y São Paulo entre las décadas de 1980 y 1990, con el objetivo de comprender cómo la prensa alternativa participó en la producción del imaginario social sobre la enfermedad y los sujetos a ella asociados. El estudio parte del problema de investigación que cuestiona de qué modo los discursos difundidos por el periódico contribuyeron a la producción de estigmas, a la construcción del sujeto seropositivo y a la difusión de pánicos morales en torno a la epidemia, considerando la complejidad multidimensional del fenómeno en las relaciones entre medios de comunicación, sexualidad, políticas públicas de salud y procesos de exclusión social. El objetivo general consiste en comprender cómo los discursos presentes en el periódico operaron en la construcción del imaginario social sobre el VIH/SIDA, analizando la producción del sujeto enfermo y la difusión de estereotipos socioculturales asociados a la enfermedad. La investigación se vincula con la línea de investigación Desarrollo y Gestión Social al examinar los impactos sociales, culturales y políticos de la producción mediática sobre la epidemia y sus implicaciones para los procesos de inclusión, ciudadanía y desarrollo socioeconómico. La interdisciplinariedad estructura el estudio al articular historia, sociología, estudios de medios, salud pública y estudios de género, permitiendo comprender el VIH/SIDA simultáneamente como fenómeno histórico, construcción discursiva y problema social con repercusiones en las políticas públicas y en las dinámicas sociales. El marco teórico moviliza a Michel Foucault, especialmente las nociones de biopolítica y discurso; a Judith Butler, en la comprensión de la performatividad y la construcción de identidades; y a Susan Sontag, en el análisis de las metáforas de la enfermedad y el estigma, evidenciando el diálogo entre campos disciplinares distintos. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cuanti-cualitativo basado en el levantamiento documental en la Hemeroteca Nacional y el análisis discursivo de los textos del periódico *O Pasquim*, con la catalogación de las ocurrencias de los términos VIH y SIDA y el examen de las narrativas presentes en reportajes, entrevistas y viñetas. El recorte empírico se concentra en las ediciones del periódico entre 1980 y 1990, período inicial de la epidemia y de intensa producción mediática sobre el tema. Los resultados indican que, aunque el periódico se presentaba como un medio alternativo y crítico, sus páginas también reprodujeron discursos moralizantes y estigmatizantes, contribuyendo a la construcción del sujeto seropositivo como amenaza social y a la difusión del pánico moral, aun coexistiendo con intentos de crítica al sensacionalismo de la gran prensa. Como contribución, el estudio evidencia el papel de los medios de comunicación en la producción de desigualdades simbólicas y sociales y demuestra cómo los discursos periodísticos influyeron en percepciones colectivas, políticas públicas y procesos de inclusión social, contribuyendo a la comprensión interdisciplinaria del desarrollo socioeconómico y al debate sobre derechos y ciudadanía. La investigación dialoga con los Objetivos de Desarrollo Sostenible, especialmente el ODS 3 Salud y Bienestar, el ODS 10 Reducción de las Desigualdades y el ODS 16 Paz, Justicia e Instituciones Sólidas, al destacar la importancia de combatir el estigma y promover información cualificada.

Palabras clave: VIH/SIDA; medios de comunicación; estigma; *O Pasquim*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: "AIDS" parece coisa de viado	44
Figura 2: O vírus de bruços	64
Figura 3: Mãe! Acho que estou com AIDS na mão	65
Figura 4: Mas não é AIDS!.....	72
Figura 5: Sinal dos Tempos.....	73
Figura 6: Pena de morte no Brasil	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
PMC	Prefeitura Municipal de Criciúma
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e mais
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SUS	Sistema único de saúde
PN-DST	Programa Nacional de DST e AIDS
DST	Doença Sexualmente Transmissível
HSH	Homens que fazem Sexo com Homens

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A construção dos sujeitos com hiv/aids nas páginas dos jornais	23
1.1 As notícias sobre o HIV/AIDS em contexto global	23
1.2 O HIV/AIDS na mídia nacional: a criação de um pânico moral	36
2 A PRODUÇÃO DO SUJEITO DOENTE NO JORNAL “O PASQUIM”	49
2.1 O pasquim: trajetória e linha editorial.....	50
2.2 O HIV/AIDS nas páginas de o pasquim: a transmissão da desinformação?	61
4. Conclusão	79
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	91

INTRODUÇÃO

Durante minha trajetória acadêmica, ainda na graduação, diversos temas de pesquisa despertaram meu interesse. Inicialmente, minhas investigações estavam voltadas para áreas como a educação regional e a história da mineração de carvão, no entanto, sempre tive o desejo de direcionar meus estudos para questões que dialogassem diretamente com minha vivência e identidade. Sendo parte da comunidade LGBTQIAPN+, sentia a necessidade de contribuir academicamente para a compreensão das dinâmicas de exclusão e preconceito que historicamente marcam essa população.

Diante disso, uma das preocupações que norteou minhas reflexões acadêmicas, fortalecida por discussões com meu orientador, dizia respeito às restrições e discriminações enfrentadas por pessoas LGBTQIAPN+ na doação de sangue. Essa questão, amplamente debatida no Brasil, reflete um histórico de políticas excludentes baseadas em estigmas associados à homossexualidade e o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Ao aprofundar meus estudos sobre essa problemática, percebi que a associação da epidemia à comunidade LGBTQIAPN+ foi um discurso amplamente difundido e legitimado pela mídia desde os primeiros casos da doença na década de 1980. Esse direcionamento levou-me a investigar como os veículos de comunicação construíram e disseminaram estereótipos sobre o HIV/AIDS, com um foco especial no papel dos periódicos.

Ao explorar a cobertura midiática da época, deparei-me com o jornal O Pasquim, um dos principais expoentes da imprensa alternativa no Brasil. Fundado em 1969 no Rio de Janeiro, o periódico se consolidou como um espaço de contestação à ditadura militar e à censura, utilizando o humor satírico e irreverente como ferramenta de resistência política e cultural. O Pasquim se diferenciava dos grandes jornais tradicionais justamente por sua abordagem crítica que se opunha a mídia entendida tradicional, tendo em vista o contexto de ditadura militar do período. Dessa forma, em suas páginas, tentava desconstruir normas sociais e desafiar discursos hegemônicos, por meio de uma posição iconoclasta. Esse posicionamento me despertou curiosidade para analisar e entender de que forma o periódico tratou a epidemia de HIV/AIDS e os sujeitos afetados por ela.

Entretanto, ao aprofundar minha análise, percebi que, apesar de seu tom progressista e contestador, O Pasquim também reproduziu discursos que reforçavam determinados estigmas associados o HIV/AIDS e à comunidade LGBTQIAPN+. Se por um lado o jornal criticava o conservadorismo da sociedade brasileira, por outro, sua abordagem sobre o HIV/AIDS muitas vezes incorporava elementos de moralização e ironia que perpetuavam estereótipos já presentes na grande mídia. Dessa forma, em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), busquei analisar algumas dessas narrativas e compreender como o periódico oscilava entre a crítica ao sensacionalismo da imprensa tradicional e a reprodução de discursos estigmatizantes. A partir disso, minha pesquisa se desenvolveu com o intuito de catalogar e compreender como os discursos presentes no periódico colaboraram na produção do imaginário social sobre o HIV/AIDS nesse período, reforçando estigmas.

O surgimento do HIV/AIDS foi um dos eventos mais marcantes do século XX, tanto do ponto de vista epidemiológico quanto sociocultural. A doença, identificada oficialmente em 1981, rapidamente tornou-se um dos principais temas da mídia global, frequentemente associada a grupos sociais considerados marginalizados, como homossexuais, usuários de drogas e profissionais do sexo. No Brasil, essa percepção foi inicialmente reforçada pela mídia e por discursos oficiais, o que impactou diretamente a formulação de políticas públicas e a maneira como os indivíduos soropositivos passaram a ser percebidos socialmente. O estigma de que a AIDS era uma doença restrita a determinados grupos sociais contribuiu para a disseminação de um discurso moralizante e excludente, dificultando a implementação de ações de prevenção e controle eficazes (Fernandes e Bruns, 2021).

A história do HIV/AIDS é marcada por profundas transformações na forma como a sociedade lida com a sexualidade, a saúde pública e a resposta política às epidemias. Segundo Fee e Fernandes (2019), a sexualidade humana está inserida em um contexto normativo, onde regras e estatutos são continuamente elaborados e reelaborados ao longo da história. Nesse sentido, o HIV/AIDS emergiu em um período de intensas mudanças nos costumes sexuais e afetivos que sofriam forte repressão contribuindo para que a doença fosse associada a um discurso moralizante e estigmatizante.

Os primeiros esforços científicos para compreender a doença ocorreram ainda na década de 1980, com as equipes de Robert Gallo, nos Estados Unidos, e Luc Montagnier, na França, sendo os principais responsáveis pela identificação do HIV como o agente etiológico da AIDS (Duarte, 1995; Santos, 1999). Apesar dos avanços científicos, a segunda década da epidemia (1990-2000) foi marcada por desafios tanto no desenvolvimento de terapias eficazes quanto na superação das barreiras sociais e políticas impostas pelo estigma da doença. A introdução da terapia antirretroviral combinada, iniciada em 1996, representou um divisor de águas na forma como o HIV passou a ser tratado, bloqueando a multiplicação do vírus e proporcionando maior qualidade de vida às pessoas soropositivas (Marques, 2002; Santos, 1999).

Apesar do impacto inicial de discursos estigmatizantes, o Brasil consolidou-se, ao longo dos anos, como um dos países mais organizados no combate ao HIV/AIDS, especialmente no que se refere à assistência médica e à distribuição de medicamentos. Esse cenário foi impulsionado por movimentos sociais que pressionaram o governo para que essas políticas públicas fossem sancionadas e instituídas pelo governo dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) (Sampaio, 2018). A partir de 1988, o sistema de saúde brasileiro passou a distribuir gratuitamente medicamentos para o tratamento de doenças oportunistas associadas ao HIV, e em 1996, o governo sancionou uma legislação pioneira que garantiu a universalização da distribuição de antirretrovirais pelo SUS (Portela; Lotrowska, 2006, p.3). Essa política de acesso universal tornou-se referência internacional e foi fundamental para a ampliação da sobrevida e da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

No entanto, a implementação dessa política de saúde pública enfrentou desafios significativos. A adesão ao tratamento foi (e é) um dos principais obstáculos enfrentados pelos pacientes soropositivos, influenciada por fatores como dificuldades socioeconômicas, efeitos colaterais dos medicamentos e, principalmente, pelo estigma social associado à doença. Segundo Portela e Lotrowska (2006), pacientes afirmam que tomavam seus medicamentos de forma clandestina, com receio de serem identificados como portadores do vírus. Um dos entrevistados declarou:

Eu tomava escondido da minha mãe, porque minha mãe não sabia, então eu escondia esse remédio na casa de uma amiga, ia lá logo de manhã, tomava em jejum... trazia comigo os outros que precisava tomar ao longo do dia (Portela; Lotrowska, 2006. p 3).

Esse relato evidencia como o estigma da AIDS influenciou negativamente a adesão ao tratamento e a qualidade de vida dos indivíduos afetados.

Além das dificuldades individuais, o Brasil também enfrenta desafios estruturais na manutenção da política de acesso universal.

Contudo, a falta de coordenação entre os laboratórios públicos que integram o sistema de produção de medicamentos, o desenvolvimento de novas tecnologias e a promoção de pesquisas se agravou nos últimos anos, apesar de alguns investimentos do Ministério da Saúde em infraestrutura e equipamento. Tal fato, adicionado aos procedimentos administrativos e burocráticos legais, rígidos e demorados, do sistema de licitações do Ministério da Saúde, provocou, em 2004 e 2005, o desabastecimento de medicamentos antirretrovirais, retardou projetos de desenvolvimento de novos medicamentos, incluindo as drogas associadas em doses fixas, e colocou em risco a sustentabilidade do PN-DST/AIDS e a qualidade da atenção às pessoas vivendo com HIV e AIDS (Portela; Lotrowska, 2006, p. 9).

O alto custo dos medicamentos, somado à necessidade de ampliar e descentralizar o atendimento, colocava o governo diante de dilemas sobre a sustentabilidade desse modelo. A gestão da distribuição de antirretrovirais exigia um monitoramento contínuo, tanto no que diz respeito à aquisição e logística dos medicamentos quanto à efetividade das ações de prevenção e assistência (Portela; Lotrowska, 2006). O Programa Nacional de DST/AIDS, apesar de sua trajetória de sucesso, continua sendo um campo de disputa política e econômica, com constantes desafios¹ para garantir sua continuidade e aperfeiçoamento.

Dessa forma, a trajetória do HIV/AIDS no Brasil foi marcada por paradoxos. Ao mesmo tempo em que o país se tornou um exemplo global na oferta de tratamento gratuito e na articulação com movimentos sociais para enfrentamento da epidemia, também permanecia o estigma social e as barreiras na adesão ao tratamento, que ainda hoje representam desafios significativos. A construção midiática da AIDS como uma doença associada a “grupos de risco” teve efeitos

¹ 2 Durante o período do governo Bolsonaro (2019-2022), houve um rompimento na estrutura da saúde pública em relação ao HIV/AIDS. O programa que era referência internacional teve cortes de orçamento, enfraquecimento de órgãos de fiscalização e declarações estigmatizantes por parte do ex-presidente impactando diretamente a saúde pública.

duradouros, influenciando tanto a percepção pública sobre a doença quanto as políticas de saúde adotadas. Desde os primeiros anos da epidemia, a imprensa desempenhou um papel fundamental na disseminação de informações e, ao mesmo tempo, na consolidação de estereótipos excludentes. Como apontam Silva e Cueto (2018), a persistência de metáforas estigmatizantes, como a ideia da “peste gay²”, afetava a forma como a sociedade encarava o HIV/AIDS, mesmo diante dos avanços na prevenção e no tratamento. Jornais e revistas reforçaram discursos moralizantes que associavam a infecção a determinados comportamentos e grupos sociais, o que resultou em uma marginalização estrutural dos indivíduos soropositivos.

O periódico O Pasquim, conhecido por seu tom alternativo, desempenhou um papel ambíguo nesse cenário. Embora tenha se posicionado como uma voz crítica em relação ao conservadorismo político no Brasil, seu tratamento da epidemia de HIV/AIDS merece uma análise mais aprofundada. Assim, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: De que forma os discursos sobre HIV/AIDS foram veiculados no periódico O Pasquim, publicados em São Paulo e no Rio de Janeiro, e de que forma podem ter influenciado no imaginário social sobre o HIV/AIDS entre as décadas de 1980 e 1990.

Para responder a essa questão, estabelecemos como objetivo geral: compreender como os discursos presentes no periódico O Pasquim das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro operaram na construção do imaginário social sobre o HIV/AIDS entre as décadas de 1980 e 1990. Para organizar melhor esse debate, elencamos dois objetivos específicos: (1) compreender como os periódicos contribuíram para a construção do imaginário social do sujeito acometido pelo HIV/AIDS; e (2) analisar como as matérias jornalísticas presentes em O Pasquim se referiam à doença, criando e difundindo estereótipos socioculturais. Por meio desta posição buscaremos demonstrar como a imprensa alternativa, ainda que se colocasse como contraponto à mídia tradicional, também reproduziu certos estigmas e preconceitos, ao mesmo tempo em que abria espaço para debates sobre o tema.

² 2 Essa ideia da “peste gay” surgiu no início da década de 80, quando a doença era desconhecida e fatal. Devido os primeiros casos terem sido registrados quase que exclusivamente por homens homossexuais, a imprensa e até a comunidade científica utilizaram esse termo pejorativo como sinônimo para a nova condição.

Como arcabouço teórico fundamentamos essa investigação em Michel Foucault, Judith Butler e Susan Sontag.

Michel Foucault, em seus estudos como a “A ordem do discurso” e “História da sexualidade” fornece uma base fundamental sobre debates acerca da biopolítica, o modo moderno de controle das multidões, onde o poder gerencia a vida, a população e os corpos, e acerca da governamentalidade que estabelece “regimes de verdade”, sendo esses regimes o que definem o saber necessário para o exercício do poder. Segundo Foucault (1996), o discurso reflete a realidade ao mesmo tempo que a constitui, operando como um campo de luta e dominação. No contexto do HIV/AIDS, essa perspectiva permite entender como a mídia participou da definição de quais corpos eram considerados perigosos ou indesejáveis, categorizando-os dentro de uma lógica biopolítica. Como argumenta Ismael Gonçalves Alves (2011), a biopolítica substitui o antigo princípio do poder soberano de “fazer morrer e deixar viver” pela lógica de “fazer viver e deixar morrer”. No caso da AIDS, isso se manifestava na forma como a doença foi inicialmente tratada como um marcador de exclusão social, na qual determinadas populações como homossexuais, usuários de drogas e trabalhadores do sexo eram vistas como as principais transmissoras do vírus, sendo excluídas de políticas públicas de atenção e cuidado.

A biopolítica, conforme exposta por Foucault (1999), também transforma a população em objeto das estratégias de governo, submetendo os indivíduos a uma forma contínua de vigilância e regulação. No caso do HIV/AIDS, a mídia desempenhou um papel central nesse processo, pois dependendo do discurso produzido, era possível moldar narrativas que associavam a doença a um desvio moral e ao comportamento irresponsável de determinados grupos. Dessa maneira, pode-se pontuar que O Pasquim não operava apenas como um veículo de informação, pois seus discursos (re)produziam junto a seus leitores estigmas associados a doença, corroborando para criar normas sociais que definiam quem era visto como sujeito doente e quem estava isento desse rótulo.

Além disso, a compreensão foucaultiana do discurso demonstra como a linguagem molda e reforça estruturas de poder. Para Foucault, o discurso vai além de um meio de comunicação se tornando uma ferramenta de dominação que determina o que pode ser dito e quem tem o direito de falar. Ele argumenta que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de

dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (Foucault, 1996, p.10).

Judith Butler (2019 e 2003), por meio da noção de performatividade, nos permite analisar como a identidade dos indivíduos soropositivos foi reiteradamente construída e regulada por meio das narrativas midiáticas. Para Butler, o gênero e a sexualidade são performances que se constituem através de repetições discursivas e normativas. Por meio deste entendimento destacamos que os homossexuais, foram reiteradamente performados como vetores do HIV, criando uma relação discursiva entre AIDS e identidade gay que perdurou por décadas. Essa construção não apenas excluía outros grupos da narrativa da epidemia, como também reforçava hierarquias sociais baseadas na sexualidade e no comportamento considerado aceitável ou desviante.

No contexto da produção discursiva, Susan Sontag (2007) explora o impacto das metáforas na construção de percepções sociais sobre a doença, demonstrando como a AIDS foi descrita como uma “praga” ou um “castigo” moral. A autora argumenta que as doenças sempre foram usadas simbolicamente para expressar medos coletivos e ansiedades sociais, e no caso do HIV/AIDS, a associação com a metáfora da peste serviu para desumanizar os indivíduos soropositivos, retratando-os como ameaças à ordem social.

Em uma análise do estado da arte, estudos sobre a história do HIV/AIDS concentraram-se inicialmente na compreensão da evolução epidemiológica da doença e de seus impactos sociais. Pesquisadores como Darde (2006), Soares (2013), Costa (2006), Correia (2020), Bruns e Fernandes (2021) e Silva e Cueto (2018) demonstram que a epidemia ultrapassou os limites biomédicos, tornando-se um fenômeno social profundamente marcado pela produção de estigmas e desigualdades. Outro conjunto de pesquisas voltou-se para a análise da cobertura jornalística da epidemia. Trabalhos desenvolvidos por Galvão (1997), Herzlich e Pierret (1992), Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2015), Garcia e Koyama (2008) e Fonseca (2020) evidenciam que a imprensa participou ativamente da produção de representações sociais sobre o HIV/AIDS, reforçando metáforas de perigo, culpabilização e marginalização dos sujeitos soropositivos. Outra vertente da produção científica concentra-se na construção simbólica da doença. Sontag (2007), Ferraz (2001) e Medeiros, Müller e Pereira (2024) demonstram que a AIDS passou a ser representada por metáforas relacionadas à peste, à punição moral e ao perigo coletivo, produzindo efeitos que ultrapassaram a dimensão clínica e influenciaram práticas sociais e políticas públicas. Assim, parte-se da hipótese que a mídia, ao adotar essas metáforas,

desempenhou um papel essencial na cristalização de imaginários negativos sobre a doença, influenciando desde as políticas públicas até as interações cotidianas com as pessoas que viviam com HIV.

No que tange o aspecto metodológico, utilizamos inicialmente uma abordagem quanti-qualitativa de dados. O corpus documental desta pesquisa foi constituído por matérias publicadas no periódico *O Pasquim*, em suas edições do Rio de Janeiro e de São Paulo, disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Inicialmente, realizou-se um levantamento sistemático utilizando os descritores "HIV" e "AIDS", resultando em aproximadamente 35 ocorrências para o termo "HIV" e 325 ocorrências para o termo "AIDS". Contudo, esse quantitativo corresponde ao retorno bruto da ferramenta de busca da Hemeroteca, que inclui repetições do mesmo termo em uma única matéria, duplicidades decorrentes do sistema de indexação e ocorrências que não apresentavam relação direta com o objeto desta pesquisa, embora localizadas pelos descritores.

Diante disso, foi realizada uma etapa de leitura, conferência e catalogação individual de cada ocorrência recuperada. Como critérios de exclusão, eliminaram-se itens que: advinham de resultados duplicados produzidos pela ferramenta de busca; múltiplas ocorrências do mesmo descritor em uma única matéria, contabilizadas apenas uma vez; registros cuja menção aos termos "HIV" ou "AIDS" não estabelecia relação direta com a construção discursiva da epidemia ou dos sujeitos soropositivos, não contribuindo para os objetivos da investigação.

Após esse processo de refinamento, o corpus analítico foi composto por 35 matérias, distribuídas em 28 edições distintas do periódico, consideradas representativas para a análise dos discursos produzidos por *O Pasquim* acerca do HIV/AIDS. A partir desse conjunto documental, procedeu-se à leitura integral das publicações, à catalogação das informações relevantes e à análise qualitativa dos enunciados, considerando aspectos discursivos, editoriais e humorísticos presentes nas matérias selecionadas.

A etapa de catalogação também permitiu identificar a natureza documental de cada ocorrência selecionada. O corpus analítico é composto por diferentes gêneros jornalísticos presentes nas páginas de *O Pasquim*, incluindo reportagens, notas, colunas, entrevistas, editoriais, cartas de leitores, charges, cartuns e demais produções humorísticas que abordavam, de maneira direta ou indireta, o HIV/AIDS e os sujeitos associados à epidemia. Essa diversidade documental foi considerada fundamental para a pesquisa, uma vez que o periódico construía seus discursos através de textos informativos, recursos visuais e humorísticos que dialogavam com

seu projeto editorial e com sua linguagem característica. Dessa forma, cada ocorrência foi classificada segundo seu tipo documental durante o processo de catalogação, permitindo compreender de que maneira diferentes formatos discursivos participaram da produção de representações sobre o HIV/AIDS.

Com o objetivo de conferir maior transparência ao percurso metodológico da pesquisa e possibilitar futuras consultas ao material analisado, a planilha de catalogação contendo a identificação das matérias, datas de publicação, edições, descritores utilizados e observações analíticas será disponibilizada como anexo desta dissertação.

A dissertação então é organizada em dois capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “A Construção dos Sujeitos com HIV/AIDS nas Páginas dos Jornais”, analisaremos como a mídia jornalística global construiu a imagem dos indivíduos afetados pela doença. Em seguida, discute-se a criação do pânico moral no Brasil, a partir da abordagem de veículos nacionais como “Veja” e “O Globo”, culminando na análise de “O Pasquim”,

O segundo capítulo, “A Produção do Sujeito Doente no Jornal O Pasquim”, concentra-se exclusivamente na análise do periódico alternativo, investigando de que maneira suas publicações retrataram a AIDS e os sujeitos acometidos pela doença. Para isso, o capítulo se divide em dois eixos: o primeiro examina a linha editorial do jornal e suas abordagens sobre saúde e sexualidade, enquanto o segundo aprofunda a análise de reportagens específicas, utilizando materiais encontrados além daqueles inicialmente mapeados. Por fim, apresentamos as considerações finais.

1 A construção dos sujeitos com hiv/aids nas páginas dos jornais

A construção dos discursos em torno do HIV/AIDS nos meios de comunicação reflete tanto o contexto histórico quanto os valores socioculturais de cada época. Este capítulo examina como diferentes veículos jornalísticos, em cenários globais e nacionais, moldaram narrativas que estigmatizaram os indivíduos soropositivos. Para tanto, são explorados os discursos midiáticos internacionais e brasileiros, desde as primeiras notícias alarmistas até iniciativas de resistência que buscaram humanizar as experiências dos afetados pela doença, findando então no periódico O Pasquim, nosso objeto de estudo.

1.1 As notícias sobre o HIV/AIDS em contexto global

O primeiro caso oficialmente reconhecido de HIV/AIDS foi detectado em 1981, nos Estados Unidos, quando um número significativo de homens homossexuais em Nova York e São Francisco apresentaram um quadro clínico alarmante, caracterizado pelo Sarcoma de Kaposi. Esse tipo raro de câncer, que até então era predominantemente observado em idosos e pessoas imunossuprimidas, manifesta-se por meio de lesões cutâneas violáceas, úlceras e, em estágios mais avançados, podendo comprometer órgãos internos, como os pulmões, causando pneumonia severa (Costa, 2006). Além disso, muitos desses pacientes apresentavam um enfraquecimento severo do sistema imunológico, tornando-os vulneráveis a uma série de infecções oportunistas, como a pneumocistose e a candidíase oral, que passaram a ser registradas com maior frequência nas emergências hospitalares. A recorrência desses casos incomuns levantou suspeitas entre médicos e pesquisadores, que começaram a investigar a possível existência de um novo agente patogênico³ por trás dessas ocorrências.

A partir desse momento, a sociedade se viu diante do surgimento de uma nova doença, ainda não classificada e sem causas claramente definidas. Médicos e pesquisadores começaram a se debruçar sobre os casos registrados, buscando padrões que pudessem indicar a origem e o mecanismo de transmissão da

³ Agente patogênico é qualquer organismo ou agente infeccioso que causa uma doença em seu hospedeiro, podendo ser humano, animal ou planta

condição. Os hospitais começaram a registrar um aumento expressivo de pacientes apresentando sintomas semelhantes, como infecções respiratórias graves, perda de peso acelerada, fadiga extrema e o surgimento de doenças oportunistas, normalmente raras em indivíduos saudáveis. A suspeita de que a doença poderia ser infecciosa e transmissível levou à adoção de medidas emergenciais em algumas unidades de saúde, que passaram a isolar os pacientes enquanto se buscavam compreender melhor a condição. Laboratórios ao redor do mundo iniciaram uma corrida para identificar o agente causador, o que resultou em uma série de estudos pioneiros que, nos anos seguintes, culminariam na descoberta do HIV como o vírus responsável pela doença. No Brasil, o primeiro caso foi diagnosticado em 1982, sendo considerada a nossa maior epidemia do século XX, levando a óbito mais de 327mil pessoas, sendo 231mil homens e 96 mil mulheres de acordo com relatórios da Unaid (2018). Já no ano seguinte, em 1983, o agente etiológico⁴ é identificado e isolado pelos pesquisadores Robert Gallo, nos EUA, e Luc Montaigner, na França.

LAV e HTLV-II foram os nomes recebidos, respectivamente nos dois países. A rivalidade entre americanos e franceses na corrida para descobrir o vírus causador da doença e denominá-lo tomaram grandes proporções, tornando-se polêmico e introduzindo uma dimensão política numa disputa científica que se tornou franco-americana. (Correia, 2020, p.16)

É importante ressaltar a distinção fundamental entre ser portador do vírus HIV (soropositivo) e desenvolver a AIDS. O HIV é um vírus que, uma vez presente no organismo, ataca o sistema imunológico, contudo nem todos os indivíduos infectados apresentam sintomas ou evoluem para a síndrome. Já a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é a manifestação mais grave da infecção pelo HIV, caracterizada pelo comprometimento severo do sistema imunológico, tornando o organismo vulnerável a infecções oportunistas e doenças graves. O desenvolvimento da AIDS depende de diversos fatores, como acesso a tratamento, resposta imunológica individual e adesão à terapia antirretroviral. Com os avanços da medicina, muitas pessoas que vivem com HIV conseguem viver décadas sem desenvolver a doença, desde que realizem acompanhamento médico contínuo e mantenham um tratamento adequado.

⁴ Agente etiológico é o organismo ou fator que causa a doença, como vírus, bactérias, fungos, entre outros.

Nos anos iniciais da epidemia de HIV/AIDS, as manchetes de jornais na Europa e nos Estados Unidos moldaram uma narrativa marcada por sensacionalismo e moralização da doença. A cobertura midiática frequentemente apresentava a AIDS como uma sentença de morte, ignorando as nuances científicas e médicas da infecção. Como aponta Bruna Correia (2020), a epidemia demonstrou a capacidade que uma doença tem de influenciar o espaço público, mobilizando médicos, pesquisadores, políticos, ativistas e artistas. A repercussão da AIDS extrapolou o campo da saúde pública e tornou-se um tema central no debate social e cultural da época. Esse fenômeno foi impulsionado, em grande parte, pela forma como a mídia global e nacional veiculava informações sobre a doença, influenciando a percepção pública e a resposta governamental.

Em 1981, o The New York Times publicou a primeira notícia sobre a AIDS no mundo, trazendo à tona o caso de 41 homens homossexuais na cidade de São Francisco diagnosticados com um raro tipo de câncer, o Sarcoma de Kaposi:

Médicos em Nova Iorque e na Califórnia diagnosticaram entre homens homossexuais 41 casos de uma forma de cancro rara e muitas vezes rapidamente fatal. Oito das vítimas morreram menos de 24 meses após o diagnóstico ter sido feito. A causa do surto é desconhecida e ainda não há evidências de contágio. Mas os médicos que fizeram os diagnósticos, principalmente na cidade de Nova Iorque e na área da Baía de São Francisco, estão a alertar outros médicos que tratam um grande número de homens homossexuais para o problema, num esforço para ajudar a identificar mais casos e reduzir o atraso na oferta de tratamento quimioterápico. (The New York Times, 1981, p.20, tradução livre do autor).

Essa reportagem inicial lançou as bases para uma cobertura midiática que, nos anos seguintes, contribuiria significativamente para a construção do imaginário social sobre a epidemia. O fato de os primeiros infectados pela doença serem homens homossexuais trouxe um questionamento de quem deveria se preocupar com a doença, pré-determinando um grupo considerado de risco e moralizando o debate sobre a saúde pública.

Apenas com o avanço das pesquisas científicas e a ampliação do conhecimento sobre o HIV/AIDS tornou-se evidente que qualquer pessoa poderia ser suscetível à infecção, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou estilo de vida. Inicialmente, no entanto, a ausência de dados concretos e a falta de um entendimento mais aprofundado sobre os mecanismos de transmissão levaram a uma série de especulações e desinformações, que foram

amplificadas pelos grandes veículos de comunicação. Com base nas leituras feitas nos “O Pasquim” do Rio de Janeiro (1980) e São Paulo, é possível perceber que a imprensa, ao invés de adotar uma postura investigativa responsável e baseada em evidências, frequentemente optou por narrativas sensacionalistas que enfatizavam o medo e a incerteza, alimentando o pânico social.

Reportagens publicadas em jornais de grande circulação muitas vezes reforçavam a ideia de que determinados grupos eram os principais responsáveis pela disseminação do vírus, negligenciando o fato de que a infecção pelo HIV podia ocorrer em qualquer contexto de exposição. Esse enquadramento distorcido da realidade contribuiu para desacelerar campanhas de conscientização voltadas ao público em geral e dificultou a implementação de políticas públicas eficazes de prevenção.

À medida que novos casos eram registrados, a mídia internacional intensificava a cobertura da epidemia, com manchetes sensacionalistas e narrativas que reforçavam o medo e a incerteza. Termos como “peste gay” e “câncer gay” começaram a circular na imprensa, criando um discurso que vinculava a doença a um suposto comportamento desviante.

O impacto do surgimento desta epidemia, no início da década de 80, foi tal que alguns autores a incluem na categoria daquelas caracterizadas como “pestes”, demandando amplas e imediatas respostas do Estado, com uma intensa capacidade para a geração de representações entre os grupos sociais. (Oliveira et al, 2005, p.2)

Durante os primeiros anos, antes da descoberta do vírus HIV em 1983, os meios de comunicação enfatizavam a ideia de que a AIDS era um problema restrito a um grupo social específico. Nos anos seguintes, com a identificação do vírus responsável pela doença, a abordagem midiática que já retratava os homossexuais como uma ameaça moral passou a retratá-los também como uma ameaça biológica. Podemos considerar esse movimento um efeito da biopolítica que no espectro do “fazer viver e deixar morrer” organiza a maneira como o Estado e outras instituições regulam os corpos e as populações, incorporando mecanismos de controle, vigilância e normatização voltados à manutenção da vida e ao fortalecimento da sociedade. (Foucault, 1999).

Essa transformação tem implicações diretas na formulação de políticas públicas, especialmente na área da saúde, na qual o Estado assume um papel ativo

na gestão da vida dos cidadãos, regulando seus hábitos, seus corpos e seus comportamentos em nome do bem-estar coletivo. Tal ação discursiva foi fundamental para a consolidação de um pânico social, pois reforçou a ideia de que determinados corpos eram portadores naturais do vírus e vetores de transmissão. Jornais e revistas, por exemplo, passaram a divulgar imagens impactantes de pessoas em estágios avançados da doença, associando visualmente a AIDS à decadência física e à morte.

À medida que as pesquisas avançavam e novas evidências emergiam, a comunidade científica começou a contestar a narrativa dominante nos meios de comunicação, destacando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e baseada em evidências científicas. No entanto, a transformação do discurso midiático ocorreu de forma gradual, pois o impacto das primeiras representações da epidemia já havia deixado marcas profundas na percepção social do HIV/AIDS. Dessa forma, a cobertura jornalística, ao mesmo tempo em que informava a população sobre o surgimento da síndrome, também desempenhava um papel crucial na disseminação de estereótipos que levariam anos para serem desconstruídos.

Parte das pessoas que vivem com HIV/AIDS desta pesquisa relataram que haviam compartilhado sua condição de HIV reagente e destacaram arrependimento de tê-lo feito. Denota-se que esses atores sociais narraram que vivenciaram afastamento de pessoas da sua rede de apoio social, consequência da sua condição de soropositividade para o HIV, pode ser observado na fala da seguinte participante, grupo etário 31-38 anos: "Sim, eu era tratada de um jeito antes e hoje sou tratada de outra maneira". (Fonseca, 2020, p.10)

A imprensa frequentemente reforçou discursos que vinculavam o vírus a homossexuais, usuários de drogas injetáveis e profissionais do sexo, caracterizando o HIV/AIDS como uma "doença do outro" (Correia, 2020, p.20). Michel Foucault (1996), em sua análise sobre o poder e o discurso, argumentava que o poder é exercido também por meio de discursos que moldam e categorizam sujeitos. No caso do HIV/AIDS, o discurso midiático tornou-se um mecanismo biopolítico, classificando indivíduos e grupos como "vetores" de perigo para a sociedade.

Em 27 de abril de 1982, Libération [jornal Francês] publica um artigo que se refere ao recente congresso da Associação dos Médicos Gays; o texto foi dedicado ao "estranho mal que ataca os homossexuais". O debate foi difícil e o doutor Leibowitch, convidado para o congresso, ficou sob suspeição da

assistência quando afirmou, a propósito das práticas homossexuais, que esse modo de vida era um sério “fator de risco” deste caso exemplar de doença multifatorial moderna. O termo “fator de risco”, empregado pela primeira vez a propósito da AIDS, aparece entre aspas. A partir de maio de 1983, em compensação, os grupos, indivíduos, pessoas, populações e categorias “de risco” se banalizaram nos diversos jornais (Herzlich; Pierret, 1992, p. 20).

Os principais jornais e revistas internacionais passaram então a conectar o desenvolvimento da doença a “fatores de risco”, que neste caso eram os supostos comportamentos desviantes, como o afeto entre pessoas do mesmo sexo. Essa narrativa foi reproduzida por décadas e amplamente disseminada por manchetes que destacavam o medo, a desinformação e a culpabilização de determinados grupos sociais.

Susan Sontag (2007), discute como as doenças são enquadradas simbolicamente influenciando de maneira direta na forma como a sociedade responde a elas. No caso da AIDS, a metáfora da “praga” amplificou o preconceito, excluindo qualquer possibilidade de empatia com os infectados.

Logo após a formulação do conceito de “fator de risco”, surge a noção de “grupo de risco”, à medida que outros segmentos da população, além dos homossexuais, passaram a ser identificados como infectados pelo vírus do HIV. Entre esses novos grupos estavam os hemofílicos, que contraíam o vírus por meio de transfusões de sangue contaminado, e os usuários de drogas injetáveis, que se infectavam pelo compartilhamento de seringas. Esse conceito rapidamente se consolidou na mídia e no discurso médico, reforçando a ideia de que a AIDS estava associada a grupos particulares.

Entretanto, como destaca Bruna Correia (2020), com o avanço das pesquisas e a ampliação do conhecimento sobre as formas de transmissão do HIV, deixou evidente que qualquer pessoa poderia contrair o vírus, independentemente de sua identidade social ou pertencimento a um determinado grupo. Descobriu-se, por exemplo, que o HIV poderia ser transmitido também por relações heterossexuais desprotegidas, o que desmontou a crença inicial de que se tratava de uma doença restrita a minorias específicas. Com isso, o conceito de “grupo de risco” começou a ser contestado, pois se entendia que ele não refletia a realidade epidemiológica da doença.

Esse deslocamento levou à reformulação do discurso biomédico e midiático, que passou a adotar o termo “comportamento de risco” em vez de “grupo

de risco”. Essa mudança representou um avanço na compreensão da epidemia, pois enfatizava que a vulnerabilidade ao HIV estava relacionada a práticas específicas, como o não uso de preservativos, o compartilhamento de seringas e a exposição a sangue contaminado, e não à identidade de um grupo social. Dessa forma, essa nova terminologia ajudou a reconfigurar as estratégias de prevenção e combate ao HIV/AIDS, permitindo uma abordagem mais abrangente e voltada à educação em saúde, embora os estigmas perpetuados pelo conceito anterior ainda tenham deixado marcas duradouras.

Sontag (2007) afirma que doenças frequentemente associadas ao mistério e ao medo, como a tuberculose no passado, o câncer e HIV/AIDS mais recentemente, são vistas e foram vistas como “moralmente contagiosas” e, por isso, carregam estigmas que vão além do impacto físico da condição. A autora também questionava a moralização das doenças, apontando como a linguagem utilizada pela mídia e pela sociedade transformava o diagnóstico em uma espécie de sentença moral.

Mente-se aos pacientes cancerosos não só porque a doença é (ou é tida como) uma sentença de morte, mas porque é considerada obscena, no sentido original da palavra: de mau presságio, abominável, repugnante aos sentidos. (Sontag, 2007, p.9).

Ainda conforme a autora “[...] os próprios nomes dessas doenças são tidos como possuidores de um poder mágico” (Sontag, 2007, p.7). Ser diagnosticado com AIDS ou identificado como portador do HIV ia além de uma condição médica, se tornava um rótulo que redefinia a forma como o indivíduo era percebido socialmente. Essa mudança de status impactava na vida pública do paciente e em suas relações familiares, influenciando a maneira como era tratado dentro de casa e no convívio diário. O diagnóstico passava a ser um marcador social que impunha distanciamento, medo e estigma, refletindo toda a carga simbólica e moral que a sociedade projetava sobre ela (Sontag, 2007).

A metáfora da peste mobiliza o medo como um instrumento de controle social, criando uma narrativa em que o doente é transformado em um “outro” social, alvo de discriminação e exclusão. Esse enquadramento moldava percepções coletivas e contribui para a perpetuação de estigmas, como foi observado durante os primeiros anos da epidemia de HIV/AIDS (Medeiros, Müller & Pereira, 2024, p.15).

No contexto do HIV/AIDS, a metáfora da "peste" também operava como um mecanismo de desumanização. Os infectados passam a ser vistos como vetores de ameaça. Essa construção discursiva reforçava a ideia de uma doença moral, que recaía sobre aqueles que “transgrediam” normas sociais ou comportamentais. Essa associação mobilizava o medo como instrumento de controle social, criando uma narrativa que transformava os infectados em "ameaças invisíveis" à sociedade. “Qualquer doença encarada como um mistério e temida de modo muito agudo será tida como moralmente, senão literalmente, contagiosa” (Sontag, 2007, p. 14).

Essa desumanização tem impactos diretos nas políticas públicas e nas atitudes sociais em relação aos indivíduos afetados. Em vez de buscar soluções estruturais, como acesso universal à saúde e educação, a narrativa da culpa individual predominou, desviando o foco da prevenção e do cuidado coletivo:

Algumas pessoas [afirmavam] que, a partir da descoberta da soropositividade, passaram por vivências de acentuadas reduções de autoestima e de autoconceito, sentimento de culpa por [terem] se infectado como consequência de comportamentos de risco, socialmente condenáveis, que os [relegava] a uma condição “marginal”, impregnada por um processo de estigmatização alterando a percepção de sua própria identidade por si mesmo e pelos outros (Ferraz, 2001, p. 4)

O pânico moral fomentado por essas metáforas se alinhava a estratégias discursivas e institucionais para controlar e regular corpos e populações. Conforme Foucault:

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, tanto mais as 5 decisões que as iniciam e encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência. (...) Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população. (Foucault, 2001, p. 129).

Susan Sontag (2007) enfatizava a necessidade urgente de desmistificar as doenças, propondo uma abordagem que abandonasse as metáforas que historicamente distorciam a compreensão das condições médicas e reforçavam estigmas. Para ela, a linguagem utilizada para descrever uma enfermidade tinha

impacto direto na forma como os doentes eram tratados pela sociedade e pelas instituições de saúde. Assim, ao sugerir que as doenças fossem compreendidas de maneira objetiva, sem associações simbólicas que carregavam julgamentos morais ou culturais, Sontag apontava para a importância de uma visão mais racional e científica, que evitasse a culpabilização dos enfermos e reduzisse o sofrimento social atrelado a esses diagnósticos. Ela argumentava que “a maneira mais honesta de encarar a doença – e a mais saudável de ficar doente – é aquela que esteja mais depurada de pensamentos metafóricos” (Sontag, 2007, p. 6), reforçando a ideia de que essas construções discursivas distorcem a realidade biológica da enfermidade, influenciando negativamente as respostas políticas e sociais a ela.

No contexto do HIV/AIDS, a metáfora da peste teve um efeito particularmente devastador, pois perpetuou estigmas e consolidou uma relação intrínseca entre a doença e determinados grupos sociais, como homossexuais, usuários de drogas e profissionais do sexo. De acordo com Sontag:

A peste é invariavelmente encarada como uma condenação da sociedade, e quando a metáfora da AIDS a transforma numa condenação, as pessoas acostumam-se à ideia de que a doença inevitavelmente se espalhará por todo o mundo. Essa é a utilização tradicional das doenças sexualmente transmissíveis: apresentá-las como castigos impostos não apenas a indivíduos, mas também a todo um grupo (“licenciosidade geral”). (Sontag, 2007, p. 99)

Esse enquadramento contribuiu para a marginalização ainda maior dos grupos já estigmatizados, afastando-os do acesso a políticas de saúde eficazes e promovendo um ciclo de exclusão que reforçava o avanço da epidemia. Ao invés de um problema de saúde pública global, o HIV/AIDS passou a ser visto como uma questão moral, onde os indivíduos infectados eram responsabilizados por sua própria condição.

A crítica de Sontag à linguagem da doença nos leva a compreender que a resposta social ao HIV/AIDS foi moldada menos por evidências científicas e mais por discursos carregados de metáforas e preconceitos históricos. A desconstrução dessas narrativas, segundo a autora, seria essencial para garantir que o combate a epidemias futuras fosse baseado em princípios de saúde pública e direitos humanos, ao invés de ser guiado pelo medo e pela marginalização de determinados grupos sociais, como os homossexuais.

Assim, a ideia de performatividade de gênero, produzida por Butler (2003) é um importante componente a ser mobilizado no contexto do HIV/AIDS, pois nos permite compreender como os corpos das pessoas vivendo com o vírus foram historicamente construídos como ameaças à ordem social e moral. A performatividade, enquanto mecanismo discursivo, se manifesta por meio da repetição de normas e expectativas culturais que moldam as identidades e regulam os corpos dentro de uma estrutura de poder. Assim, as narrativas midiáticas e institucionais sobre a AIDS operavam dentro desse sistema normativo, reiterando imagens específicas dos sujeitos afetados pela doença e os posicionando em um lugar de marginalidade. Para Butler:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero. (Butler, 2003, p. 54).

Essa concepção é útil para analisar como os discursos sobre o HIV/AIDS construíram identidades soropositivas baseadas na ideia de uma ameaça biológica, influenciando políticas públicas, reações sociais e o próprio imaginário coletivo sobre a doença. Além disso, o enquadramento midiático da epidemia reforçou normas de gênero e sexualidade que regulavam quais corpos eram considerados aceitáveis ou desviantes.

As primeiras reportagens sobre a AIDS categorizavam os grupos sociais afetados, atribuindo-lhes um papel específico na narrativa da crise sanitária, um exemplo é a edição 949 da Revista Veja, onde na página 102 intitulada: “A terceira onda” - batizada primeiro como “peste gay”, a AIDS saltou do círculo homossexual e já é vista como “catástrofe”

Quando o vírus da AIDS, a chamada síndrome da imunodeficiência adquirida, começou a ceifar vidas de homossexuais alguns anos atrás, os cientistas encarregados de combatê-lo em todo mundo conviviam com a preocupação adicional: não gerar pânico coletivo com a propagação da ideia de que a doença poderá atingir indistintamente qualquer pessoa, a despeito de suas preferências sexuais, de seu sexo, de sua raça ou de sua idade. Essa nova praga da vida contemporânea para a qual não havia e continua não havendo cura, estaria praticamente limitada, segundo serviços de saúde, aos masculinos homossexuais e determinados grupos étnicos da África e do Haiti. [...] os cientistas se defrontam com outro tipo de

preocupação, um sentimento inverso ao que os acometia no começo [...] “a doença não escolha suas vítimas por credo, cor, religião ou prática sexual. Num futuro próximo se a AIDS, não for combatida em todas as frentes já, oferecerá risco real a todo mundo.” (VEJA, 1986, p. 102).

Nos primeiros anos da epidemia, ações de cientistas e governos buscavam impedir o pânico coletivo delimitando a doença a grupos considerados mais expostos ao HIV/AIDS, especialmente homens homossexuais e determinados grupos étnicos. Em um primeiro momento ao afirmar que a doença estaria “praticamente limitada” criou-se de fronteiras morais e sociais que afastavam a maior parte da população da percepção de vulnerabilidade, reforçando a ideia de que a epidemia atingiria sujeitos específicos associados a práticas consideradas desviantes, produzindo uma sensação de segurança relativa para determinados indivíduos.

No entanto, essa percepção não tardou a mudar, pois percebeu-se que AIDS não escolhia suas vítimas e que, se não fosse combatida, ofereceria risco a todos, mudando a narrativa centrada em identidades para outra baseada na noção de risco coletivo. Assim, a reportagem deixa claro que enquanto heterossexuais e outras populações eram, não eram entendidos como possíveis vítimas da doença, não havia o porquê ativar mecanismos de proteção, ou seja, enquanto o HIV estava restrito a um grupo considerado marginal, a doença não era uma catástrofe, e ativava o dispositivo de deixar morrer.

A regulação dos corpos soropositivos, portanto, foi consolidada por meio da repetição de discursos que os enquadravam dentro de uma lógica de exclusão e controle. Ao analisar esse processo, Butler nos permite entender como as narrativas em torno do HIV/AIDS não foram apenas relatos de uma crise de saúde, elas serviram como instrumentos para reforçar normas sociais preexistentes.

O caso de Rock Hudson, renomado ator hollywoodiano diagnosticado com AIDS em 1985, tornou-se um dos momentos mais emblemáticos da cobertura midiática da epidemia, evidenciando como a imprensa global lidava com a doença. Antes de sua revelação pública, Hudson era amplamente reconhecido como um símbolo de masculinidade no cinema norte-americano, protagonizando papéis que reforçavam a imagem do homem viril e desejado, especialmente nas comédias românticas ao lado de atrizes como Doris Day.

Sua trajetória foi marcada por uma cuidadosa construção de sua imagem pública, que ocultava sua orientação sexual devido à homofobia predominante em Hollywood e à pressão da indústria cinematográfica da época.

Em 1985, temos a morte do ator norte-americano Rock Hudson em decorrência da infecção pelo HIV. Hudson inaugurou a onda da "confissão" não somente da soropositividade, mas também da vida privada. Ao declarar que era portador do HIV, o ator "confessou" para o grande público o que os seus fãs não suspeitavam: a sua vida sexual que envolvia parceiros masculinos. (Galvão, 1997, p.72)

Quando a notícia de seu diagnóstico veio a público, a narrativa midiática rapidamente transformou sua condição de saúde em um espetáculo, explorando sua homossexualidade e reforçando estereótipos já consolidados sobre a AIDS.

A cobertura da mídia sobre o caso de Hudson relatou os aspectos médicos de sua condição, porém, não sem enfatizar sua sexualidade como parte de um "escândalo". Manchetes sensacionalistas sugeriam que a doença era um resultado direto de sua vida privada, reforçando a ideia de que o HIV/AIDS estava intrinsecamente ligado a um comportamento considerado desviante. A imprensa tabloide, em particular, explorou a notícia de forma intensa, publicando especulações sobre seus relacionamentos e insinuando que ele poderia ter transmitido o vírus para outras pessoas.

Com o passar do tempo, ficou mais evidente que a "confissão" da soropositividade, principalmente quando diz respeito a personalidades públicas, tanto coloca em cena um novo interlocutor, no caso a pessoa com HIV/AIDS, quanto traz à tona a privacidade da pessoa infectada. Este novo personagem consegue mobilizar a imprensa e a opinião pública além de, eventualmente, mudar o rumo das discussões epidemiológicas sobre a AIDS. (Galvão, 1997, p.72)

Diante isso, é perceptível o porquê o caso de Rock Hudson teve um impacto profundo na percepção pública da AIDS, pois foi um dos primeiros momentos em que a doença deixou de ser vista apenas como um problema restrito a grupos marginalizados e passou a ser discutida como uma ameaça global. Sua amizade com a primeira-dama dos Estados Unidos, Nancy Reagan, gerou ainda mais repercussão, pois expôs a contradição entre o apoio público de figuras políticas e a falta de ações efetivas do governo na época para combater a epidemia. Sua morte, em outubro de 1985, intensificou os debates sobre a necessidade de maior

investimento em pesquisas e políticas públicas de prevenção, porém consolidou a ligação entre a doença e a comunidade LGBTQIAPN+.

A insistência em enquadrar a AIDS como uma doença restrita a minorias sexuais e a determinados grupos sociais resultou na desinformação em larga escala, dificultando a disseminação de medidas preventivas eficazes. Em muitos países, a noção de que a doença era um problema exclusivo de populações marginalizadas fez com que campanhas de conscientização tivessem um alcance limitado, deixando milhões de pessoas em risco por não considerarem que estavam igualmente vulneráveis à infecção pelo HIV.

A cobertura midiática da AIDS funcionou como parte de um jogo de forças em que determinados discursos foram privilegiados em detrimento de outros.

A estigmatização da AIDS acompanhou o surgimento dos primeiros casos da doença na década de 80, pela sua associação a grupos populacionais específicos mais afetados em seu início (homens que fazem sexo com homens, usuários de drogas e trabalhadoras do sexo), e pela sua associação com doença fatal e aterrorizante, imagem está construída com o apoio da mídia. (Garcia, Koyama, 2008, p.2).

A imprensa ajudou a consolidar a percepção do HIV/AIDS como uma ameaça moral e biológica, reforçando medos e preconceitos em vez de contribuir para um debate mais informado e equilibrado. Assim, cobertura midiática moldou as percepções sociais sobre o HIV/AIDS e, ao mesmo tempo, em que era moldada por interesses políticos e culturais. O jornalismo, ao selecionar quais narrativas amplificar e quais silenciar, construiu uma versão específica da epidemia, que por muitos anos marginalizou as vozes das pessoas soropositivas e das organizações que buscavam combater o estigma.

Para Foucault, o pânico e o medo são mecanismo de poder e controle social, sendo uma tática de disciplinamento que opera tanto no nível institucional quanto no subjetivo, gerando comportamentos de exclusão e regulando corpos dentro de uma lógica de controle social (Foucault, 1987). No caso do HIV/AIDS, a mídia foi um instrumento essencial para disseminar esse pânico, ao reforçar a ideia de que determinados corpos eram perigosos e deveriam ser regulados ou afastados do convívio social. O discurso jornalístico, ao invés de atuar como um canal para esclarecimento e combate à desinformação, acabou reforçando uma estrutura de

vigilância e marginalização que impactou diretamente as políticas públicas e as respostas institucionais à epidemia.

1.2 O HIV/AIDS na mídia nacional: a criação de um pânico moral

A epidemia de HIV/AIDS que causava temor e incerteza no cenário internacional, encontrou na mídia brasileira um terreno fértil para a disseminação de discursos alarmistas e moralizantes. Assim como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, a cobertura jornalística no Brasil, especialmente em veículos de grande circulação como a revista *Veja* e o jornal *O Globo*, contribuiu para a construção de um pânico moral que moldou a percepção pública sobre a doença.

Os primeiros relatos da AIDS no Brasil surgiram nos jornais no início da década de 1980, período em que a doença ainda era cercada de incertezas médicas e carregada de simbolismos negativos. Como a imprensa brasileira frequentemente importava referências e enquadramentos discursivos da mídia estrangeira, os mesmos padrões de sensacionalismo e culpabilização observados em veículos como o *The New York Times* e a revista *Time* foram replicados nos periódicos nacionais (Laurindo-Teodorescu e Teixeira, 2015). Manchetes alarmistas, que enfatizavam a “nova peste” e o “câncer gay”, apelidado por jornalistas da Califórnia (Perlongher, 1987), ganharam espaço nas páginas de jornais e revistas:

A televisão também relatou a espetacularização da morte por AIDS, o que beirava o obscuro: cenas de dois rapazes homossexuais de mãos dadas e logo depois um paciente carcomido pelo Sarcoma de Kaposi, eram panoramas do gueto gay seguidas de martírios de hospital (Rocha, 2019, p.25)

A revista *VEJA*, por exemplo, adotou um discurso que reforçava a ideia de “grupo de risco”, contribuindo para a exclusão de determinados segmentos da sociedade do debate sobre prevenção e tratamento. Em 15 de junho de 1983, a revista *VEJA* publicou uma das primeiras reportagens sobre a doença, intitulado como “O enigma que mata”:

A terrível “Síndrome de deficiência imunológica adquirida” (AIDS) avançava nos Estados Unidos e faz sua primeira vítima no Brasil. [...] Depois de surgir e logo adquirir dimensões epidêmicas nos Estados Unidos, desembarcar em países europeus e, por sua extrema virulência, espalhar o susto na cidade, a doença conhecida como “síndrome de deficiência imunológica adquirida”, ou simplesmente AIDS, sigla de sua designação em inglês, acendeu seu

sinal vermelho, no Brasil, ligando-se a uma das mais brilhantes estrelas da moda. (Veja, 1983, p 74).

Essa abordagem da mídia local pode ser enquadrada naquilo que Stanley Cohen (2011) classifica como pânico moral, uma reação social desproporcional a uma ameaça percebida, frequentemente impulsionada pela mídia e por figuras de autoridade. Cohen explica o processo de sensibilização social, ao qual um determinado comportamento e uma categoria de “desviantes” são identificados de maneira ao qual pequenos desvios da norma são julgados e recebem uma forte reação coletiva.

Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para se tornar definido como uma ameaça aos valores e interesses da sociedade. Sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pelos meios de comunicação, as barricadas morais são manejadas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de boas intenções que estão socialmente habilitados a pronunciar seus diagnósticos e soluções" (Cohen, 2011, p. 46).

As “barricadas morais”, podem ser evidenciadas no contexto do HIV/AIDS, quando líderes religiosos, políticos e comentaristas públicos passaram a interpretar a epidemia como expressão de uma crise moral, associando sua disseminação à permissividade sexual, ao uso de drogas e à suposta erosão dos valores tradicionais. Esse fenômeno foi incorporado na imprensa brasileira ao tratar do HIV/AIDS, reforçando narrativas que culpabilizavam os indivíduos infectados e traçam um debate informativo da doença para a esfera moral e política. A notícia anteriormente apresentada pela revista VEJA, enunciava de maneira velada o paciente em questão, tratava-se do estilista Marquito, proeminente figura do mundo da moda nacional. Marquito era homossexual assumido e a notícia de seu adoecimento seguia um roteiro comum, associas a AIDS, com a degeneração moral, especialmente em relação à comunidade homossexual. Esse enquadramento midiático reforçava a ideia de que a AIDS era uma consequência inevitável de um estilo de vida considerado transgressor. A construção dessa narrativa baseava-se em estereótipos já existentes, associando homossexualidade à promiscuidade e à desordem social. Dessa forma, a imprensa nacional informava sobre a epidemia e operava como um instrumento de moralização e controle, delimitando quais corpos deveriam ser vistos como ameaçadores e quais deveriam ser protegidos.

Na segunda metade da década de 1980, a revista *Veja* usou o termo “O Mal” para caracterizar a AIDS. A relação entre degeneração moral, associada à alegada promiscuidade típica das condutas homossexuais, e doença (AIDS) era clara. Em relação aos HSH (homens que fazem sexo com homens, mas não compartilham uma identidade gay) a doença expunha uma sexualidade que, até então poderia ter se mantida escondida. (Lui, 2013, p.13).

O termo HSH estabelece uma distinção entre identidade sexual e prática sexual, referindo-se a indivíduos que mantêm relações com outros homens independentemente de se identificarem como homossexuais, bissexuais ou heterossexuais. Ao deslocar o foco da identidade para o comportamento, a categoria amplia o alcance das políticas de prevenção; contudo, também pode reforçar a ideia de que a AIDS está restrita a grupos específicos, alimentando a percepção de distanciamento em relação ao conjunto da sociedade (Costa, 2009)

Neste sentido, a Revista *Veja* de 14 de julho de 1982, relatava:

Se a tese de Coutinho não está suficientemente comprovada, o mesmo ocorre com as demais já oferecidas para explicar a “praga gay”. Há quem responsabilize o agente conhecido como citomegalovírus, de que foram achados traços em 94% dos homossexuais e em apenas 54% dos heterossexuais americanos. Outras pesquisas enveredam pela genética, ou pelo desgaste do organismo dos homossexuais - minados pela enorme quantidade de infecções a que estão expostos, em razão da natureza promíscua de sua atividade sexual. (VEJA, 1982, p. 76)

Ao afirmar que o organismo dos homossexuais estaria “minado” pela enorme quantidade de infecções decorrentes da “natureza promíscua” de sua atividade sexual, o trecho acima destacado associava diretamente a AIDS a comportamentos considerados desviantes, deslocando o foco do vírus para a moralização das práticas sexuais. Essa ideia construía o sujeito homossexual como corpo sujo, desgastado e permanentemente exposto à contaminação, sugerindo que a vulnerabilidade à doença derivaria de excessos e escolhas individuais. Assim, a epidemia aparecia mais como consequência de condutas consideradas moralmente reprováveis e menos como problema de saúde pública, reforçando a ideia de desvio e de responsabilidade individual pela doença.

Narrativas como esta, no Brasil, contribuíram para reforçar a imagem dos homossexuais como sujeitos marginais e perigosos, cuja condição de debilidade causada pela doença estaria ligada à promiscuidade e à multiplicidade de parceiros. Ao enfatizar essas práticas, a reportagem reforçava a ideia da existência de

comportamentos legítimos e desviantes, reforçando a percepção de que esses indivíduos seriam menos merecedores de empatia e assistência. A associação entre homossexualidade, promiscuidade e doença contribuía, assim, para situar esses sujeitos no polo daqueles que poderiam ser abandonados, evidenciando uma dinâmica de “fazer viver e deixar morrer”, na qual a proteção da vida coletiva coexistia com a naturalização da morte de grupos definidos como desviantes. (Foucault, 1999)

Apesar do avanço do conhecimento científico sobre o HIV/AIDS, em 1987, cinco anos após a descoberta do vírus, a imprensa ainda relutava em abandonar o conceito de “grupo de risco”. Uma reportagem intitulada “Ele sabe que vai morrer”, publicada nesse mesmo ano, o Jornal do Brasil entrevista uma pessoa que vivia com HIV, um homem autoidentificado como homossexual, priorizando narrativas que destacavam a vulnerabilidade de homossexuais, colocando em segundo plano disseminação do vírus entre heterossexuais e mulheres. Em um tom moralista, e resultado das perguntas do entrevistador o rapaz alertava:

Acho que as pessoas que pertencem aos grupos de risco deveriam se precaver mais. Mudar completamente o seu modo de vida. Amores passageiros, essas coisas assim que dão nas pessoas. Isso deveria ser freado. Acredito que esse vírus esteja praticamente no ar. No ar que eu digo é assim, em grande parte da população, por que os grupos de risco vão mais e mais espalhar o vírus. Vai ser o mal do século. Não só as pessoas do grupo de risco vão ser contaminadas, mas outras também. (Ele sabe..., 1987, p. 8)

O discurso midiático sobre a AIDS no Brasil não foi um fenômeno isolado, ele fez parte de uma tendência global que moldou a forma como a epidemia foi percebida e enfrentada em diferentes países. Nos Estados Unidos e na Europa, a cobertura inicial da imprensa foi marcada pelo desconhecimento científico e pela necessidade de criar explicações rápidas para a nova doença. O The New York Times e a Time, por exemplo, reforçaram a associação entre HIV/AIDS e a comunidade homossexual, enquanto tabloides britânicos, como o The Sun, utilizaram uma linguagem ainda mais agressiva para alimentar o pânico social. (Lui, 2013)

No Brasil, essa influência internacional foi evidente tanto na escolha das pautas quanto na forma como a doença foi retratada. A importação do conceito de “grupos de risco” e o uso de metáforas como “praga” e “peste” demonstram como a

cobertura brasileira seguiu padrões estabelecidos pelos grandes veículos internacionais. A revista Manchete de 02 de julho de 1983, em matéria intitulada, AIDS, a peste que ameaça toda a humanidade, alardeava:

A praga homossexual AIDS, uma mortal deficiência imunológica, alcançou a Europa e a América Latina. Pelo menos 100 alemães já foram contaminados, e seis morreram. No Brasil já houve uma morte e dois casos diagnosticados. [...] Nos próximos anos, o número de portadores da AIDS crescerá dramaticamente. Estarão também heterossexuais, mulheres e crianças, mortalmente ameaçados? (AIDS, a peste..., 1983, p. 76)

Ao definir a AIDS como “praga homossexual”, a notícia mobilizou uma linguagem carregada de sentidos históricos associados à contaminação, sujeira e perigo coletivo, vinculando diretamente a doença a um grupo específico. O termo “praga” operava como marcador moral que deslocava a epidemia do campo biomédico para o campo da ameaça social, construindo a homossexualidade como foco de infecção e como origem do risco. No entanto, o questionamento final sobre a possibilidade de heterossexuais, mulheres e crianças também serem ameaçados indicava o temor de que a “praga” ultrapassasse esse limite inicial dos corpos que não importam, para toda a sociedade. Aqui, a noção de praga funcionava como mecanismo de hierarquização das vidas, posicionando inicialmente os homossexuais no espaço da contaminação e da morte tolerada, enquanto a preocupação se intensificava apenas quando a doença ameaçava alcançar outros segmentos sociais, alvo de salvaguarda da biopolítica.

Dessa forma, a reprodução do discurso alarmista no Brasil, estava alinhada ao contexto internacional. A mídia teve um papel ativo na sua construção simbólica, determinando quais grupos seriam vistos como responsáveis pela disseminação do vírus e quais respostas governamentais seriam consideradas aceitáveis. Essa análise da cobertura midiática torna-se essencial para compreender como o HIV/AIDS foi historicamente estigmatizado e como esses discursos ainda ressoam na forma como a doença é abordada na atualidade.

No entanto, é importante ressaltar que a epidemia de HIV/AIDS foi marcada por uma intensa disputa discursiva nos meios de comunicação. Enquanto grande parte da imprensa brasileira adotava um tom alarmista e reforçava estigmas contra grupos marginalizados, alguns veículos se mostraram alternativas capazes de desconstruir esses discursos, oferecendo uma abordagem mais crítica e

humanizada. Um dos principais exemplos dessa tentativa de contraponto foi o jornal O Pasquim.

Durante a década de 1980, O Pasquim destacou-se por questionar as narrativas dominantes, e possuiu a temática do HIV/AIDS em muitas de suas páginas, criticando a culpabilização dos indivíduos soropositivos e enfatizando a necessidade de uma resposta mais racional e baseada em direitos humanos.

Um exemplo dessa abordagem seria a entrevista com o Frey Rocha, apelidado no periódico como “Frey Gay”:

Durante muito tempo o poder econômico usou a Igreja para inibir o comportamento das pessoas, mas com o desenvolvimento dos tempos, a Igreja perdeu sua força. O medo do inferno desapareceu. Hoje em dia, o poder econômico está tentando apelar às ciências. O caso da AIDS é um exemplo disto, eles estão nos culpando por sermos os transmissores da doença. Eles não citam, por exemplo, que na África, mais precisamente no Zaire, a incidência de AIDS sobre mulheres e crianças é assombrosa, chegando a ter milhares de pessoas. À AIDS nada mais é do que uma forma de controlar o comportamento homossexual para a volta à família. Eu fiz três perguntas num congresso internacional sobre a AIDS, em Gramado. Em primeiro lugar “Existe diferença entre a relação hetero e homo hoje em dia?”, eles me disseram que, tanto um como o outro praticam o coito anal, “Existe diferença do reto masculino para o reto feminino?”, me disseram não. “Então por que o vírus só ataca o reto masculino?”, não me responderam. Ou o vírus é gay, ou então isto prova que faz parte da política internacional usar a AIDS como forma de inibir o comportamento homossexual (O PASQUIM, 1986, n°10, p. 16 e 17).

O texto acima destacado buscava desassociar a epidemia de HIV/AIDS das práticas e afetos homossexuais, afastando-se da ideia de vida sexual desregrada, frequentemente mobilizadas para justificar intervenções de caráter moral e disciplinador. Ao questionar a vinculação exclusiva entre a doença e homens homossexuais e ao enfatizar a semelhança entre práticas sexuais heterossexuais e homossexuais, o entrevistado desestabilizava a associação entre desvio, promiscuidade e contaminação. Ao fazer isso, evidenciava que tal entendimento não se sustentava apenas em bases biomédicas resultante de construções sociais e morais que buscavam regular comportamentos e reafirmar a centralidade da família heteronormativa como modelo legítimo.

Ao sugerir que a epidemia poderia estar sendo mobilizada como instrumento de controle da sexualidade, buscando há “volta à família”, explicitava a dimensão disciplinadora dos discursos produzidos em torno da AIDS, alocando-os como estratégias mais amplas de regulação social, nas quais o medo e a incerteza

foram acionados para reforçar normas sexuais consideradas legítimas e marginalizar formas dissidentes de viver a sexualidade.

Diferentemente de periódicos anteriormente citados, que reforçavam o pânico moral e associavam a AIDS a uma espécie de punição social, O Pasquim buscou adotar uma postura um pouco mais crítica ao abordar a epidemia. Através de sua tradição de humor ácido e ironia, o jornal desafiou as representações midiáticas que tratavam o HIV/AIDS como um marcador de moralidade e promiscuidade. Em suas edições, era comum encontrar textos que satirizavam as incoerências do discurso oficial sobre a doença e denunciavam a negligência do governo e das instituições de saúde no enfrentamento da crise.

Além da crítica ao sensacionalismo da mídia tradicional, O Pasquim também trazia por vezes matérias com perspectivas que humanizavam as pessoas vivendo com HIV/AIDS. Dessa forma, o periódico nesses momentos trazia uma abordagem onde a epidemia era retratada como um fenômeno social e político, que exigia ações concretas do Estado e da sociedade. Matérias e entrevistas publicadas no periódico frequentemente davam voz a médicos, pesquisadores e ativistas que trabalhavam diretamente com a questão, ampliando o debate e contribuindo para a construção de uma visão mais informada e menos estigmatizante sobre a AIDS.

Em uma dessas matérias, um infectologista enfatizava que a AIDS não era uma “doença de homossexuais” e sim uma infecção que poderia atingir qualquer pessoa, deslocando o debate da moralização para uma abordagem mais científica e baseada na prevenção. Essa matéria contrastava diretamente com o sensacionalismo de outros veículos da grande imprensa, que frequentemente reforçavam o pânico moral e vinculavam a doença a um suposto declínio dos valores sociais.

Esta forte incidência de infecções em homossexuais e bissexuais gerou, tanto nos EUA quanto no Brasil, forte preconceito quanto a aids, considerada doença de gays. Isto não ocorre necessariamente: na África, o maior número é de aidéticos heterossexuais. Mesmo no Brasil, a tendência é para o crescimento do número de heterossexuais que adoecem: em 30 de novembro passado já eram 8,1 por cento dos casos registrados em homens, somados aos 26,1 por cento que as mulheres com aids representam (não se verificou até agora contágio em relações sexuais entre lésbicas), chega-se a 34,1 por cento. Segundo o Dr. James Curran, o mesmo acontece nos Estados Unidos: dos 80 mil casos já registrados lá, 31 por cento ocorreram com heterossexuais. (EUA X Brasil..., 1988, p. 10)

Outra importante contribuição de O Pasquim foi destacar como a epidemia impactava grupos que frequentemente eram invisibilizados pela grande

imprensa. O jornal abordou o aumento dos casos de HIV/AIDS entre pessoas heterossexuais e mulheres, um tema que raramente encontrava espaço na cobertura midiática dominante. Essa perspectiva dialogava com os esforços de outras publicações progressistas e ativistas, como o boletim do Grupo Gay da Bahia (GGB), que desde 1982, questionava publicamente a associação entre homossexualidade e uma suposta fraqueza imunológica:

Uma doença de homossexuais????????????????

Não queremos abrir guerra contra a revista “Manchete”, afinal ela tem abordado a questão homossexual com um certo respeito nos últimos tempos. Contudo, no número de 31/12/81 apresenta uma reportagem do “Time” americano falando de um tal “Sarcoma de Kaposi”, que seria uma espécie de câncer que antigamente matava as crianças da África Equatorial e que hoje em dia têm aparecido vários nos EUA. Adivinhem quem está morrendo desta espécie de câncer? Segundo o “Time”, os homossexuais.

Pelo meio da matéria o autor diz que a promiscuidade dos homossexuais favorece a uma suposta fraqueza imunológica que nos transformaria em alvos fáceis do vírus, fungos e bactérias que não atacam os heterossexuais. Claro está que isto é uma grande balela, porque não explica o porquê de populações judias e mediterrâneas também sofrerem Sarcoma de Kaposi. Além dos mais, toda a teoria médica que parte da premissa de que somos “promíscuos” não merece confiança, pois está eivada de um certo rancor religioso que os médicos têm contra nós. Pelo menos grande parte dos médicos.

O que o “Time” precisa aprender é que doenças advindas de contatos sexuais ocorrem porque os governos não estão interessados em debelá-las. Se as autoridades de saúde quisessem não existiriam mais doenças venéreas no mundo. É que os governos querem controlar a vida de seus cidadãos e impedi-los de fazer amor. Ficando sem assistência por parte das autoridades de saúde, as pessoas que se entregam a uma vida sexual rica, acabam ficando expostas a doenças. Mas, se o “Time” pensa que deixaremos de fazer amor por causa disso, está enganado. Pagaremos qualquer preço por nossa vida sexual. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2011, p. 51)

Em algumas edições, seus colaboradores passaram a retratar de forma incisiva o preconceito dirigido às pessoas soropositivas, evidenciando a irracionalidade das reações baseadas no medo e na exclusão social. Essa abordagem, que articulava humor e crítica política, contribuiu para sensibilizar o público e estimular uma reflexão sobre o papel da imprensa na produção de estereótipos e na circulação de desinformação. Tal perspectiva tornou-se visível, por exemplo, na charge intitulada “‘AIDS’ é coisa de veado”, publicada na edição 35, de 1987, que ironizava a associação entre a doença e a homossexualidade ao expor o caráter estigmatizante desse tipo de formulação.

Figura 1: "AIDS" parece coisa de viado



(O Pasquim, 1987, nº37, p.13).

Através do trecho acima, percebemos que Jaguar, por meio de um texto bem-humorado e irônico, fez uma crítica contundente às verbas destinadas à campanha nacional contra a AIDS no país. O autor destacava que o Brasil havia ascendido ao “terceiro lugar” no ranking de casos de HIV/AIDS, e questionava a escassez de orçamento diante da alta prevalência da doença entre a população nacional. Ele denuncia uma queda drástica no financiamento — de 120 milhões de cruzados no ano anterior para apenas 10 milhões no momento em que escreve. A nota ainda faz uma alusão mordaz a “doenças venéreas menos ilustres, como gonorréia e chato”, ressaltando a falta de prioridade dada à epidemia de AIDS em comparação a outras. A referência à “camisa de vênus” sugere, por sua vez, a insuficiência de apoio financeiro para a prevenção da AIDS via preservativos.

Embora O Pasquim tenha desempenhado um papel fundamental na crítica ao moralismo e ao pânico midiático em torno do HIV/AIDS, o jornal também reproduziu, em algumas ocasiões, estereótipos e preconceitos presentes na sociedade da época. A abordagem irreverente e sarcástica do periódico, por vezes, utilizava um humor que reforçava determinadas representações negativas, especialmente no que dizia respeito a outras sexualidades. Essa postura refletia um paradoxo comum à imprensa alternativa do período: ao mesmo tempo em que criticava as falhas do governo e o sensacionalismo da grande mídia, por vezes perpetuava concepções problemáticas sobre gênero e sexualidade.

A luta contra o HIV/AIDS encontrou forte resistência e mobilização nas produções culturais e nos movimentos sociais. Organizações não governamentais (ONGs), grupos ativistas e coletivos culturais desempenharam um papel central na construção de narrativas alternativas, promovendo conscientização, educação e apoio às pessoas vivendo com HIV/AIDS. Essa resposta à epidemia teve um caráter comunitário e político, desafiando as narrativas de estigma e discriminação que predominavam na sociedade.

O Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA) foi uma das primeiras organizações brasileiras a atuar diretamente na luta contra a desinformação e a discriminação relacionadas ao HIV/AIDS. Fundado na década de 1980, o GAPA desenvolveu campanhas educativas e pressionou o governo para a implementação de políticas públicas mais inclusivas e eficientes. Além disso, a organização teve um papel fundamental no acolhimento de pessoas soropositivas, oferecendo suporte psicológico, assistência jurídica e promovendo ações de prevenção voltadas para toda a população.

A posição que defendia um coletivo paulistano que se reivindica homossexual e luta contra a AIDS reaparecerá algum tempo depois com a organização do grupo Lambda. De qualquer maneira, compreendemos que o GAPA/SP foi um espaço ocupado por ativistas homossexuais formados no MHB e que encontraram ali formas de garantir direitos homossexuais, sem usar como tática a identidade, e sim, garantir uma expansão do conceito de cidadania por meio da garantia de direitos às pessoas com HIV/AIDS e na luta contra toda forma de discriminação. (Bortolozzi, 2021, p. 257-258)

ONGs e coletivos também desempenharam um papel essencial na transformação do debate público sobre a AIDS. Organizações como o Grupo Pela Vida, associação criado em 1989 dedicada ao apoio, prevenção e assistência às pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e diversas outras entidades regionais contribuíram para mudar a percepção social da doença, promovendo campanhas de conscientização, distribuindo materiais informativos e exigindo melhores condições de tratamento para as pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Além dessas iniciativas, arte foi uma das principais ferramentas de resistência contra o estigma do HIV/AIDS. Peças de teatro, exposições, músicas e produções audiovisuais ajudaram a dar visibilidade às pessoas soropositivas,

questionando o preconceito e promovendo a empatia. O teatro político, por exemplo, abordou a epidemia como uma questão social e política.

Constatamos também que o espetáculo “O rapaz da rabeca e a moça Rebeca” foi capaz de engajar jovens do Rio de Janeiro no debate sobre HIV/AIDS – considerando o modelo conceitual do engajamento público na Ciência –, ao estimular reflexões e atitudes críticas sobre diferentes aspectos da epidemia de AIDS. Apoiamo-nos em conceitos contemporâneos da divulgação científica, também acreditamos que a peça tenha contribuído para o exercício da cidadania científica. A apropriação de conhecimentos atuais sobre HIV/AIDS e a discussão de aspectos relacionados ao tema, que vão além das questões biomédicas e epidemiológicas, favorecem a formação de cidadãos mais críticos, empoderados e preparados para tomar posições e decisões sobre saúde no seu cotidiano e para participar da governança no setor. (Almeida, 2021, p.13).

Campanhas educativas também tiveram um papel central no enfrentamento à epidemia. Durante os anos 1990 e 2000, comerciais de TV, cartazes e materiais informativos buscaram desconstruir mitos sobre a transmissão do vírus e incentivar o uso de preservativos. Muitas dessas campanhas foram desenvolvidas em parceria com ONGs e movimentos sociais, garantindo uma abordagem mais inclusiva e realista sobre o HIV/AIDS.

A construção do pânico moral em torno do HIV/AIDS teve impactos profundos na sociedade brasileira e nas políticas públicas de saúde. A associação da doença a determinados grupos sociais retardou a adoção de medidas preventivas eficazes e dificultou a disseminação de informações científicas precisas. Além disso, o medo e o preconceito alimentados pela cobertura midiática contribuíram para a marginalização das pessoas soropositivas, afetando seu acesso à saúde, trabalho e direitos básicos.

Somente com a mobilização de movimentos sociais e organizações não governamentais, como o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA) e a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), foi possível pressionar o Estado a adotar políticas mais inclusivas e baseadas em evidências científicas. A criação do Programa Nacional de DST/AIDS, no início da década de 1990, representou um avanço significativo, tornando o Brasil um dos países referência no tratamento e na distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais. No entanto, o impacto inicial da narrativa excludente da AIDS gerou desafios na implementação dessas políticas, especialmente no combate ao estigma e na universalização do acesso ao tratamento.

Na sociedade brasileira, os efeitos do pânico moral permaneceram visíveis por anos. Pessoas vivendo com HIV/AIDS enfrentaram discriminação no ambiente de trabalho, no atendimento médico e até em espaços sociais, situações que perduram até hoje.

Uma pesquisa publicada no *International Journal of Public Health* destaca que, apesar dos avanços no tratamento do HIV e da implementação de campanhas como "Indetectável = Intransmissível", as pessoas vivendo com o vírus ainda enfrentam diversas formas de estigma, mesmo com a mensagem de que indivíduos com HIV que atingem níveis indetectáveis de carga viral não transmite o vírus, a carga emocional para esses pacientes permanece elevada. Nesse sentido, a participação ativa da comunidade mostra-se como fundamental para o combate ao estigma e preconceito, tanto social quanto nos serviços de saúde. (Nogueira et al, 2025, p.3)

O medo do contágio, amplificado por informações incorretas propagadas pela mídia, gerou barreiras que dificultaram a integração dessas pessoas na sociedade. Muitos indivíduos perderam seus empregos ou foram expulsos de seus lares ao revelar sua sorologia, demonstrando que o impacto do pânico moral foi além da saúde pública, atingindo esferas fundamentais da vida social.

O discurso midiático construído em torno do HIV/AIDS deixou marcas profundas na forma como a doença é percebida até hoje. Apesar dos avanços na ciência e no tratamento, ainda existem desafios na desconstrução de estigmas e na conscientização da população. O impacto da narrativa inicial persiste, influenciando a forma como o HIV é abordado em diversos contextos, desde a educação até o ambiente de trabalho.

Ao longo dos anos, a cobertura tornou-se sensacionalista e moralizante, deslocando o debate para a culpabilização e reforçando preconceitos que dificultaram o reconhecimento da vulnerabilidade geral ao HIV. A ampla difusão da noção de "grupos de risco", mesmo após sua superação científica, permaneceu influenciando a percepção pública da doença. Esse enquadramento gerou uma falsa sensação de segurança para aqueles que não pertenciam aos chamados "grupos de risco", retardando a adoção de medidas preventivas entre a população em geral.

Outro aspecto relevante do legado midiático é a necessidade contínua de campanhas de conscientização que combatam o medo e a desinformação. Mesmo com políticas públicas mais inclusivas e com o avanço do conhecimento sobre o HIV/AIDS, ainda há resistência na sociedade para discutir abertamente a doença. A importância da educação midiática e da responsabilidade dos veículos de

comunicação na divulgação de informações precisas e humanizadas continua sendo um tema essencial para evitar a repetição dos erros cometidos no passado.

2 A PRODUÇÃO DO SUJEITO DOENTE NO JORNAL “O PASQUIM”

A compreensão do humor enquanto objeto de análise histórica exige ultrapassar a ideia de que ele constitui apenas uma forma de entretenimento ou um recurso destinado exclusivamente à produção do riso. Ao contrário, o humor pode ser entendido como uma linguagem socialmente situada, capaz de construir significados, produzir representações e intervir nos debates públicos. Como demonstra Cíntia Lima Crescêncio (2016), ao investigar o humor gráfico na imprensa feminista do Cone Sul, o riso não é neutro: dependendo dos discursos que mobiliza, pode reforçar hierarquias sociais ou questioná-las, funcionando como instrumento de crítica, contestação ou manutenção das relações de poder.

A predominância cultural, portanto, se reproduz nas formas de rir e fazer rir, na medida em que assumir a posição de provocar o riso é também se assumir hierarquicamente mais poderoso.²⁵⁹ Historicamente tal posição de poder foi domínio masculino, logo o humor segue no encalço e carrega consigo as marcas do masculino: agressividade, virilidade, abuso de poder. (Crescêncio, p. 171, 2016)

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Henri Bergson (1978), para quem o riso desempenha uma função social ao corrigir comportamentos considerados desviantes, e de Quentin Skinner (2002), que identifica no humor um mecanismo de desqualificação política capaz de persuadir públicos por meio da ridicularização. Em outra perspectiva, Mikhail Bakhtin (2002) compreende o riso como elemento libertador, capaz de romper temporariamente com hierarquias e discursos oficiais, produzindo novas possibilidades de interpretação da realidade. Em comum, esses autores demonstram que o humor constitui muito mais do que uma manifestação cômica: trata-se de uma prática social produtora de sentidos.

Nesse sentido, esta pesquisa compreende o humor como uma prática discursiva. Em diálogo com Michel Foucault, entende-se que ele participa da produção de saberes, da circulação de discursos e da constituição de sujeitos, atuando diretamente na elaboração de representações sociais. Assim, piadas, charges, cartuns, entrevistas e textos humorísticos não são tratados apenas como manifestações culturais, mas como documentos históricos que expressam relações de poder e disputas de significados acerca do HIV/AIDS.

Essa perspectiva é particularmente importante para compreender O Pasquim. Embora reconhecido por seu caráter irreverente, o periódico utilizava o

humor como principal linguagem editorial, transformando temas políticos, sociais e culturais em narrativas acessíveis ao grande público. A ironia, a sátira, a caricatura e o deboche aproximavam acontecimentos complexos da experiência cotidiana dos leitores, fazendo do humor uma forma de intervenção política e de construção de opiniões. Mais recentemente, humoristas como Tatá Werneck e Paulo Gustavo (2021) também defenderam a capacidade da comédia de provocar reflexão social ao tornar temas complexos acessíveis por meio do riso, reforçando a permanência dessa dimensão pública e política do humor.

É sob essa perspectiva que o humor presente em O Pasquim será analisado nesta dissertação. Mais do que identificar elementos cômicos nas publicações, busca-se compreender como seus recursos humorísticos participaram da produção de discursos sobre o HIV/AIDS, contribuindo para reforçar, negociar ou tensionar representações sociais construídas durante a década de 1980.

Desde o início da epidemia de HIV/AIDS, nos primeiros anos da década de 1980, a mídia brasileira ocupou papel central na construção social em torno da doença, definindo o que era “o vírus”, “o doente”, quem estava em risco, quem deveria temer. O jornal O Pasquim, ainda que posicionado historicamente, ao que tudo indica, como veículo de imprensa alternativa, irreverente e satírico, acabou sendo parte ativa nesse processo de produção simbólica. Ao veicular charges, cartas e artigos que associavam a AIDS à homossexualidade, à “promiscuidade”, à marginalidade cultural e moral, o jornal ajudou a consolidar uma narrativa pública na qual a enfermidade deixava de ser uma questão sanitária universal e passava a ser identificada como problema identitário, de moral, de risco social.

Sob essa ótica, a AIDS deixa de ser apenas uma patologia viral, e se convertia em marca de identidade, de alteridade, de exclusão. Assim, jornalismo, participa da elaboração de regimes de verdade, classificações e mecanismos de estigmatização, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o lícito e o ilícito, o aceitável e o condenado.

Este capítulo propõe uma incursão dessa produção discursiva, mapeando como, nas páginas do O Pasquim, o sujeito portador de HIV/AIDS foi moldado para além da perspectiva de um indivíduo “doente”, e sim como “outro social”, “ameaça”, “transgressor”. Ainda pretendemos abordar como essa construção reverberou para além das páginas do jornal, deixando marcas duradouras no estigma, no preconceito, na resposta pública à epidemia.

2.1 O pasquim: trajetória e linha editorial

Para iniciar nossas análises é importante destacar que a ditadura militar foi um dos principais processos de segunda metade do século XX no Brasil e que influenciou diretamente as mídias. Marcado por um regime autoritário que buscava um nacionalismo ufanista, esse momento da história brasileira produziu uma série de perseguições, tortura e supressão de direitos constitucionais da população. Dessa forma, para manter a aparência de estabilidade e progresso, o regime militar buscava controlar a circulação de informações. As mídias, especialmente os jornais, que eram os principais veículos de informação do período, tornaram-se de censura constante, pois tinham o potencial de revelar as contradições e violências perpetradas pelo regime. Ao controlar os meios de comunicação, os militares procuraram limitar o acesso da população à realidade do país, ao mesmo tempo em que difundiam narrativas oficiais, como a promessa do chamado “milagre econômico”.

Com a grande mídia silenciada ou alinhada ao regime, alguns periódicos se constituíram como formas de oposição, entre eles O Lampião da Esquina (1978–1981), voltado ao público LGBTQIAPN+ (Quinalha, 2021), Opinião (1972–1977), dedicado ao jornalismo crítico (Verturini, 2019), e O Pasquim (1969–1991), que rapidamente se destacou como semanário da chamada imprensa alternativa.

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial. (Kucinski, 2001, p.9)

Lançado em 26 de junho de 1969 na cidade do Rio de Janeiro, O semanário “O Pasquim”, surge com uma proposta diferente: textos curtos, humor, ironia, uma entrevista como cargo chefe, frases de vários sentidos, muitas ilustrações. (O Pasquim: Subversão ao humor, 2004) Desde seu lançamento, O Pasquim apresentou uma proposta diferente mesclando jornalismo, crítica social, humor e irreverência, rompendo assim com os padrões formais e morais da imprensa tradicional em circulação até então. Com linguagem clara e conectada ao cotidiano da juventude, o periódico tornava-se mais acessível, aproximando-se de um público amplo de leitores. O Jornalista Bernardo Kucinski cita em seu livro:

O PASQUIM mudou hábitos e valores, empolgando jovens e adolescentes nos anos de 1970, em especial nas cidades interioranas que haviam

florescido durante o milagre econômico, encapsuladas numa moral provinciana. Mas, mesmo esses jornais alternativos de raízes existencialistas atuavam no plano da contingência política opondo-se ao regime até mais visceralmente do que os marxistas, como observou José Luiz Braga. (Kucinski, 2001, p. 10)

Essa identidade inaugural preparava o terreno para que, em meio à repressão, o periódico pudesse atuar a partir da crítica política e de costumes, abrindo espaço para discussões sociais, culturais e de comportamento que eram ignoradas, silenciadas ou marginalizadas pela imprensa convencional e pelo regime.

O Pasquim trouxe algumas discussões da contracultura em suas páginas. Principalmente, através de Luiz Carlos Maciel que, influenciado pela cultura underground norte-americana, tornou-se signatário da seção “UNderground” no semanário de Ipanema. Portanto, o jornalista foi o principal responsável por familiarizar o leitor do hebdomadário com questões relacionadas às drogas, à revolução sexual, ao movimento hippie, à filosofia existencialista e à psicanálise. Não podemos dizer que os jornalistas d’OPasquim, como um todo, compartilhavam dos ideais da contracultura, mas é certo que em determinadas seções, sobretudo na de Maciel, tais ideais apareciam. (Queiroz, 2008, p. 8-9)

A ideia de criar O Pasquim nasceu da reunião de um grupo de jornalistas, cartunistas e desenhistas que buscavam retomar um projeto de humor e crítica social após o fim do tabloide humorístico A Carapuça, encerrado com a morte de seu principal responsável, o escritor Sérgio Porto, conhecido pelo pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, falecido em 30 de setembro de 1968, no Rio de Janeiro, vítima de infarto (Kucinsky, 2001, p. 110). A primeira equipe, autodenominada de “primeiro escalão” era formada por Társo de Castro, Jaguar, Sérgio Cabral, Carlos Prosperi e Claudis Ceccon. (O Pasquim: subversão do humor, 2004)

Como editor-chefe, Társo de Castro coordenou a equipe e contribuiu para definir uma linha editorial marcada pelo espírito satírico e pela atitude combativa, sustentada por um humor crítico (O Pasquim: subversão do humor, 2004). Sua liderança foi fundamental para manter o jornal ativo diante das pressões do regime e da constante vigilância das autoridades, enquanto o periódico se consolidava como um dos principais espaços de resistência cultural e política no período, como destacou o cartunista Chico Caruso em entrevista ao documentário:

O Pasquim se tornou o grande jornal brasileiro daqueles anos né, 69, 70, 71, 72 aí a repressão baixou braba censura todos os grandes jornais, e o Pasquim conseguiu furar essa restrição e vender 200 mil exemplares que era um número astronômico para um tabloide na época então foi pouco.....a bíblia de todos os jornalistas que têm hoje por volta de 50 anos foi o Pasquim. (O Pasquim: subversão do humor, 2004, 5:16)

Outro importante membro foi Jaguar (Henrique de Souza), uma das figuras

mais emblemáticas de O Pasquim, atuando como editor de humor e cartunista e sendo responsável por grande parte da identidade visual do jornal. Seus trabalhos no jornal contribuíram para a construção de uma linguagem visual que, ao mesmo tempo em que divertia, tinha um forte caráter de protesto e denúncia social, o que trouxe ao jornal um aspecto de resistência e contestação. Sua atuação no contexto carioca era conhecida pela produção de charges ácidas e caricaturas que, por meio de traços e figuras irônicas, satirizavam tanto figuras políticas do regime militar quanto aspectos da sociedade brasileira, conforme analisa Bruno Brasil.

No número 72 do jornal é feita uma brincadeira com o quadro “Independência ou Morte”, de Pedro Américo, no qual Jaguar insere um balão com a fala “Eu quero Mocotó!” sobre a figura de Dom Pedro I. O fato rendeu a prisão de 11 integrantes d’O Pasquim, abalando as estruturas administrativa e financeira do tabloide, que teve de contar com a ajuda de colaboradores solidários (54 ao todo). (BRASIL, 2012, p.4)

Sérgio Cabral foi o editor de texto e, como tal, teve um papel importante na formulação da linha editorial e no direcionamento das pautas do jornal. Filho de uma tradição jornalística, Cabral trouxe seu apreço pela literatura para a redação do Pasquim, onde foi responsável por organizar as colunas e os textos que desafiavam a censura e os limites impostos pelo regime militar (O Pasquim: subversão do humor, 2004). Sua produção jornalística foi marcante pela sua crítica política e pela forma com que abordava temas cotidianos com um olhar aguçado, muitas vezes utilizando o humor e a ironia. Carlos Prosperi foi o editor gráfico e também, juntamente com Jaguar, responsável pela identidade visual do periódico. Sua visão artística e experiência em design gráfico foram essenciais para a criação de uma diagramação inovadora, que se tornaria uma das marcas do jornal.

Prosperi, por sua vez, contribuiu para a concepção de um formato que articulava atratividade e funcionalidade, organizando imagens e textos em uma proposta visual coerente com o conteúdo humorístico da publicação. Também participou da produção de ilustrações e caricaturas que acompanhavam o tom crítico do Pasquim, colaborando para a definição de sua identidade gráfica.

Claudis Ceccon, correspondente em Genebra e integrante da equipe fundadora, desempenhou papel importante ao contribuir com ilustrações e humor, além de atuar como ligação entre o semanário e o exterior em um contexto de repressão política no Brasil. Formado em arquitetura e urbanismo, já trabalhava como cartunista e jornalista antes de 1969 e havia colaborado com outros veículos de humor. Ao deixar o Brasil no final daquele ano, seguiu para Genebra, onde trabalhou com organismos internacionais e se envolveu com iniciativas de educação

e comunicação cultural. Durante o exílio, manteve sua produção artística e intelectual, publicou obras como *Era uma vez: fábulas políticas de Claudius* (1980) e participou de projetos de educação popular e produção cultural voltados à crítica política e à difusão internacional de ideias contrárias à opressão, conforme seu próprio depoimento:

Eu fiz uma viagem que me levava aos Estados Unidos, a várias cidades dos estados unidos, me levava a Califórnia e depois eu tinha uma reunião em Santiago do Chile. E aí invés de eu voltar pelos Estados Unidos, eu dei um jeito e arrumei um jeito de passar pelo Rio de Janeiro. Claro, passar pelo Rio, passar uns dias, rever os amigos e tal. Eu quando cheguei a Nova York, sai de Genebra e cheguei a Nova York, comprei o New York Times e abri o jornal... não precisei nem abrir o jornal porque estava na primeira página a notícia da prisão de toda a turma do Pasquim. Então, não era conveniente que eu passasse por aqui porque certamente eu seria garfado também. (O Pasquim: subversão do humor, 2004, 24:54)

O nome do jornal tornou-se O Pasquim porque o termo “pasquim”, derivado do italiano Paschino, possui conotação pejorativa e designa um panfleto ou publicação de caráter difamador (PASQUIM, 2025). A escolha foi proposta por Jaguar e pensada de forma estratégica, apropriando-se previamente de uma denominação que poderia ser utilizada de maneira depreciativa contra seus opositores. Em entrevista, o cartunista afirmou que a decisão ocorreu porque “todo mundo ia chamar esse jornal que íamos fazer de ‘pasquim’, então isso já cortava a moral dos caras” (O Pasquim: subversão do humor, 2004, 2:45) Segundo Miguel Paiva, a proposta consistia em produzir um jornal humorístico que, em seu entendimento, não deveria adotar uma posição política explícita. Para ele, a função do humor era denunciar mentiras e injustiças, invertendo essas questões e colocando-as “ao avesso” (O Pasquim: subversão do humor, 2004).

A redação inicial do O Pasquim era bastante informal e improvisada: montada numa sala da distribuidora da imprensa, com apenas máquinas de escrever, uma mesa, telefone, prancheta de desenho e, segundo relatos da própria equipe, um bom estoque de uísque. A ideia era fazer um jornal “sem patrões”, com liberdade para expressão dos colaboradores, fugindo das restrições e do formato tradicional dos “jornais sérios”.

A primeira censora nossa, dona marina, ela chegou lá tal e. boa praça ela entendeu, e ficava sentada do lado da minha mesa, eu sempre com uma garrafa de uísque do lado né. Eu vi que ela gostava, de vez enquanto ela pedia um uísque, aí todo dia que ela chegava tinha uma garrafa de uísqui

na mesa dela. Ela enchia a cara, aprovava tudo e foi demitida em pouco tempo. (O Pasquim: subversão do humor, 2004, 17:02).

Apesar das condições aparentemente simples e da incerteza inicial, pois alguns deles já haviam tentado fundar publicações independentes antes, a proposta provou-se viável. A tiragem do primeiro número era modesta: cerca de 14 mil exemplares. Mas a recepção foi surpreendente: essas 14 mil cópias esgotaram-se em dois dias, levando a uma segunda O Pasquim: subversão do humor, 2004). Em poucas semanas a circulação disparou e assim, por volta da 16ª edição, O Pasquim já vendia 80 mil exemplares por edição, um crescimento rápido e fora dos padrões para um veículo alternativo recém-nascido.

Apenas os raros jornais alternativos capazes de vender regularmente muito mais do que a tiragem mínima de uma distribuição nacional poderia cobrir suas despesas com a vendagem, já que a maioria não tinha receita publicitária. Foram os casos d'O PASQUIM e REPÓRTER. Os demais sofriam prejuízo pelo privilégio de uma presença nacional em banca, o que aponta para a natureza política e não mercantil desses projetos. (Kucinski, 1991, p. 12)

O trajeto da equipe fundadora e dos colaboradores iniciais evidenciado pela diversidade de perfis envolvidos, reunindo jornalistas, cronistas, cartunistas, desenhistas e artistas gráficos, ampliou o conteúdo e reforçou o caráter experimental do periódico. Nesse contexto, o formato de tabloide de humor, que combinava charges, textos jornalísticos, crônicas, colunas de opinião e sátira, rompeu com os moldes da imprensa tradicional e abriu espaço para uma linguagem mais livre e crítica. Nos primeiros anos após seu lançamento, O Pasquim rapidamente ultrapassou a fase de “experimento editorial” e consolidou-se como um fenômeno de público no Brasil. No início da década de 1970, sua circulação chegou a ultrapassar 200 mil exemplares por edição, um número extraordinário especialmente se considerarmos que se tratava de um jornal alternativo, fora dos grandes grupos editoriais tradicionais.

Assim, o jornal conseguiu atrair intelectuais, artistas, militantes de contracultura e a classe média urbana, incluindo jovens e adultos que buscavam uma alternativa de pensamento, crítica e riso em tempos de censura.

Além do estilo coloquial, herdado, segundo Jaguar, do Febeapá de Sérgio Porto e, mais remotamente, do barão de Itararé, as primeiras edições d'O PASQUIM já trazem os traços, seções e maneirismos que caracterizariam o

jornal durante toda a sua existência como imprensa alternativa: a grande entrevista, provocativa, dialogada, as dicas de restaurantes, sugeridas por Jaguar e escritas por sua mulher Olga Savary, e que seriam depois imitadas por quase toda a imprensa brasileira; o bairrismo, a página de underground de Luís Carlos Maciel; o personagem imaginário Pedro Ferreti, pseudônimo compartilhado por todos os redatores, quando queriam criticar anonimamente; os artigos corrosivos de Paulo Francis; o ratinho Sig, criação de Jaguar em homenagem a Sigmund Freud e inspirada em Hugo Leão de Castro, morador de Ipanema que levava sempre um ratinho ao ombro; a enorme seção de cartas, as tiras do chopnics, personagem sugerido pelo publicitário Castro Neves, combinando os beatniks com chope, e criado por Jaguar e Ivan Lessa, com grande sucesso ainda antes d'O PASQUIM, quando aparecia simultaneamente no JORNAL DO BRASIL e Jornal dos Sports. (Kucinski, 1991, p. 112)

Foi assim que, logo nos primeiros anos de circulação, O Pasquim passou a incomodar seriamente os órgãos de repressão do regime militar, devido ao seu tom discursivo de crítica ao governo autoritário. Durante a ditadura, o discurso jornalístico era fortemente restringido pela censura, o que conferia à imprensa alternativa caráter de transgressão e resistência, e também alvo de perseguição. No entanto, conforme aponta Pereira (2016) em meados de 1970, a censura ao jornal tornou-se mais clara e deixou de ser apenas informal ou atos isolados de intimidação: foi institucionalizada. A partir de junho daquele ano, passou a vigorar sobre os periódicos a censura prévia, ou seja, todas as matérias, charges e textos deveriam ser submetidos à aprovação dos censores antes da publicação (Pereira, 2016, p. 23). Essa imposição simbolizava o cerceamento da liberdade de expressão, transformando cada edição num ato de resistência editorial.

Apesar desses obstáculos, a redação de O Pasquim tentou articular formas de driblar a censura por meio de humor encoberto, ironia, metáforas, alusões e linguagem ambígua, estratégias essas que permitiam veicular críticas mesmo sob vigilância. Miguel Paiva diz em entrevista:

A censura ao Pasquim nunca foi uma censura inteligente na realidade, essa coisa da raiva é evidente que passava por questões que se hoje você for analisar a luz da psicanálise, você pode descobrir motivações... várias né, problemas sexuais, problemas de autoritarismo, problemas de impotência, enfim, tem mil justificativas. Você Censurar a criatividade, você censurar a arte é uma coisa já que nasce, você acreditar nisso, né? Acreditar nisso que você ta fazendo. Mas por exemplo, tinha uma foto do Caetano Veloso que eu me lembro que estava toda riscada... riscada, mas riscada com raiva, como se a figura do Caetano provoca-se alguma reação de asco naquela pessoa, entendeu? Então você vê que não era um corte, não era um, não era nem... se a fot tivesse picada teria sido mais delicado ou menos bandeiroso. (O pasquim: a subversão do humor, 2004, 21:40)

No entanto, a escalada da repressão ao jornal atingiu seu ápice em 1º de novembro de 1970, quando agentes do DOI-CODI invadiram a redação durante o fechamento de uma edição e prenderam quase toda a equipe presente (O Pasquim: subversão do humor, 2004). A única exceção foi Tarso de Castro, que conseguiu fugir pelo muro dos fundos e, a partir de então, passou a dirigir o jornal clandestinamente. A prisão dos colaboradores teve um impacto imediato, sendo possível notar a circulação decaindo, a estrutura de produção ficou abalada, e muitos anunciantes e apoiadores se afastaram. Luiz Carlos Maciel, que era jornalista do Pasquim, afirmou em entrevista:

Tocaram a campainha do meu apartamento, eu olhei, tinha um rapaz assim, alourado, forte, que pegou uma carteira e botou a carteira no olho mágico, viu que tinha alguém olhando, botou a carteira no olho mágico. A carteira tinha “brigada, era o terrestre, não sei o que”. Eu vi que era milico que tava indo ali aí eu abri a porta, ele entrou, ele era tenente paraquedista, acompanhado de um sargento paraquedista e de um cabo, todos os 3 em trajes civis. E aí me falaram que eu estava intimado a prestar esclarecimento. Aí eu perguntei assim: “e para prestar esses esclarecimentos, me de um conselho, eu devo levar minha escova de dentes ou não?”, ele disse: “leva”, aí eu tava em cana mesmo né. (O Pasquim: subversão do humor, 2004, 23:24)

Mas, mesmo diante da crise, tanto editorial, moral e econômica, O Pasquim continuou sua atividade na clandestinidade, pois redação remanescente, juntamente da ajuda de colaboradores externos, continuou publicando. Nomes como Millôr Fernandes, Henfil, Ziraldo e outros assumiram temporariamente o trabalho de produzir textos e charges, mantendo a periodicidade semanal. Essa continuidade, mesmo sob forte risco, consolidou a imagem do jornal como símbolo de resistência civil e cultural contra o autoritarismo.

Com o passar dos anos, a dinâmica interna e o contexto externo mudaram, juntamente do periódico que também se transformou. A contracultura dos anos 60 e 70 deu lugar a uma sociedade em transição, e a própria essência de jornal alternativo passou por tensões.

Na fase final a articulação se desdobrou, abarcando parte do movimento popular de base. Assim, apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Por isso, o surto alternativo adquire uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológico-cultural. (Kucinski, 1991, p. 11)

Com a abertura política e o enfraquecimento desses mecanismos explícitos de interdição, não houve uma plena liberdade discursiva, o que ocorreu foi uma reconfiguração das condições de produção do discurso. Como aponta Foucault (1996), o discurso continua submetido a regras e pressões, ainda que mais difusas, como aquelas impostas pelo mercado, pela institucionalização e pela busca por legitimidade. Assim, o que antes era um discurso marginal e subversivo passa a ser tensionado por exigências de profissionalização e rentabilidade, evidenciando que o poder não desaparece, ele se reorganiza em novas formas.

Em trabalhos anteriores sobre o tema, foi possível perceber que O Pasquim, embora tenha surgido e se organizado em oposição ao regime e ao conservadorismo, com o tempo, convergiu com forças políticas, o que gerou críticas internas e externas ao periódico (Rezende; Alves; Pistorelo, 2025). Além disso, a mudança do panorama político, com a abertura gradual e a eventual redemocratização, trouxe novos desafios como a concorrência com outros veículos, a perda do "status de risco" que dava ao jornal seu apelo subversivo, pressões econômicas e disputas internas. A veia contestadora que caracterizou seus primeiros anos começou a se diluir em meio a exigências de profissionalização, rentabilidade e adaptação às novas regras do mercado editorial.

Pode-se dizer que o contexto mencionado foi o "canto do cisne" do periódico, pois embora o jornal fenecesse lentamente por conta de problemas de ordem financeira, o Pasquim absorveu de maneira muito inteligente o clima de ebulição social por conta do processo de redemocratização. As páginas do Pasquim foram permeadas por questões que naquele momento estavam na ordem do dia, como a campanha pela anistia, as eleições legislativas e presidenciais de 1978, as greves que eclodiram em diversos segmentos profissionais, a reorganização do movimento estudantil, a violência praticada pelo Estado. Enfim, o jornal demarcou sua posição política e ideológica e reafirmou sua relevância naquele contexto. (Aymoré, 2016, p. 113)

No entanto, essa "liberdade" convivia com contradições profundas já que, embora abrisse espaço para críticas ao regime, aos valores tradicionais e à censura; internamente e editorialmente o jornal reproduzia práticas, discursos e estereótipos considerados machistas.

O Pasquim foi libertário quando trouxe questionamentos e críticas acerca do conservadorismo da sociedade, em especial da classe média, da qual a maioria dos colaboradores era originária; assim como, sobre o autoritarismo dos governos civis-militares. Essa prática libertária, contudo, não

correspondia a um rompimento total com os tabus sociais exercidos pelos pasquinianos, uma vez que o conservadorismo e o autoritarismo presentes no seio da sociedade impregnavam os seus discursos com atitudes machistas (Quiroz, 2008, p. 8)

Verônica Tavares (2012), ao analisar a trajetória de O Pasquim, destacou que o jornal manteve uma postura machista e antifeminista, especialmente diante das pautas emergentes do movimento de mulheres. Segundo a autora, quando questionados, os próprios integrantes do periódico reconheciam as acusações, e as transformavam em matéria de humor, reforçando estereótipos e naturalizando posições que relegavam as mulheres a papéis tradicionais.

Ao serem criticados como machistas, seus integrantes confirmam a denúncia e a ironizam, como na sessão de cartas na qual uma leitora acusa a forte presença masculina no jornal, tendo na resposta o título: “Clube do Bolinha, sim! Mas entrando nas meninas”. Na mesma sessão, coloca-se que lugar de mulher “é na cozinha ou no tanque” e, para outra leitora, que “volte ao seu cursinho de corte e costura, case-se, tenha filhos e não chateie”. (Tavares, 2012, p.6 e 7)

Em 1969, ainda na primeira edição do jornal, Martha Alencar que era uma das únicas colaboradoras mulher, denunciava em crônica situações como assédio sexual e criticava a ideia de emancipação feminina. Porém, o tom adotado pelo jornal muitas vezes reforçava o clichê da mulher “libertina”, “complicada” ou “independente demais”, como algo problemático. Em entrevista, Marta confidencia:

Eu era secretária de redação. Uma vez eu fiz um artigo pra um almanaque desses do Pasquim, 10 anos de Pasquim, dizendo que no Pasquim “Lugar de mulher era na cozinha”. Na verdade, eu fazia cozinha do jornal⁵, né? Que aliás era uma atividade nada feminina na época, né? Eu praticamente tinha que fumar charuto, cuspir no chão, falar palavrão sem parar pra ser respeitada na verdade, mas eu não era realmente uma mulher assim nesse sentido, eu não tinha o comportamento feminino, uma cabeça feminina, eu tinha uma cabeça muito masculina. O Pasquim: subversão do humor, 2004, 13:44)

A fala de Martha evidenciou como determinados padrões discursivos associados ao machismo permaneciam legitimados e reiterados, enquanto outros modos de ser e de se expressar eram marginalizados ou exigiam adaptação. A necessidade de assumir uma “postura masculina” para ser respeitada indicava que o

⁵ Cozinha – Termo muito usado em jornal para definir as funções ligadas ao fechamento, como diagramação, secretária. Usa-se a expressão “cozinha de jornal”. Fonte: <https://www.casadosfocas.com.br/vocabulario-de-jornalismo/>

próprio campo discursivo do jornal estava atravessado por normas implícitas que regulavam a participação feminina, delimitando quem podia falar e sob quais condições. Nessa perspectiva, conforme Foucault (1996), o poder produz sujeitos e organiza seus modos de enunciação, estabelecendo regimes de verdade que definem posições autorizadas e formas legítimas de discurso. Em outra passagem, Martha tensiona a condição das mulheres seu texto relacionado a um caso de feminicídio:

JOGO SUJO

Voltando a Mônica e a tantos casos de assassinatos de mulheres.
O que acontecerá com os matadores de Mônica?
Serão punidos no rigor da lei ou irão fazer companhia a Michel Franck nas pistas de esqui da Suíça?
Como de costume, os advogados bem pagos para defender esses pivetes de luxo (a justiça é cega, mas tem os bolsos fundos) farão o possível para jogar lama na reputação da moça, desmoralizando-a.
Diga-se de passagem, nossos coleguinhas da grande imprensa prestam-se docilmente a isso. Li outro dia uma reportagem sobre uma criança que nasceu com AIDS.
Em letras grandes, o título dizia que a mãe era “promíscua”.
Depois, no meio do texto, informavam que o pai era homossexual e viciado em drogas.
É um jogo sujo que pode se decodificado da seguinte maneira: se uma mulher não tem comportamento exemplar exigido pela sociedade, isso servirá de tem comportamento exemplar exigido pela sociedade, isso servirá de atenuante para qualquer crime cometido contra ela.
Gostaria de escrever algo mais leve, mais literário e bonito sobre o caso Mônica. Mas deixo isso para os homens, que não correm o risco que nós corremos.
Para eles a coisa pode ser comodamente colocada no plano moral, dá status intelectual. Mas para nós, mulheres, casos como o de Mônica nos fazem sentir em perigo de vida, expostas e vulneráveis. (O Pasquim, 1985, nº 835, p.14)

O excerto acima destacado, denúncia da violência contra mulheres com a crítica aos mecanismos discursivos que produziam sua desqualificação pública, especialmente quando a reputação feminina era mobilizada como atenuante para crimes. Ao apontar a estratégia recorrente de rotular mulheres como “promíscuas” e de associar a AIDS a comportamentos moralmente condenados, Martha evidenciava como a imprensa participava da construção de narrativas que culpabilizavam as vítimas e deslocavam a violência para o campo moral. Nesse sentido, o debate era trazido para as páginas do jornal revelava a assimetria do espaço discursivo, no qual a problematização da violência de gênero aparecia como tarefa feminina, enquanto

muitos colaboradores homens priorizavam o humor e relativizavam a gravidade dessas situações.

Essa tensão expunha a ambivalência do periódico: ao mesmo tempo em que abordava sexualidade e liberdades, frequentemente reproduzia estereótipos e objetificações que limitavam a crítica às desigualdades de gênero. A denúncia apresentada por Martha evidenciava como determinados discursos funcionavam para regular comportamentos femininos e legitimar violências, ao passo que o próprio jornal mantinha resistências à incorporação dessas pautas. Nesse sentido, como observa Verônica Tavares, embora *O Pasquim* tenha se consolidado como referência da imprensa alternativa e como espaço de crítica à ditadura, o periódico apresentou dificuldades em responder aos questionamentos sobre as relações de gênero, mantendo práticas discursivas que reiteravam hierarquias e desigualdades (Tavares, 2012).

Essa contradição demonstra que a irreverência e a sátira, quando não acompanhadas de reflexão sobre as desigualdades, podem reproduzir as mesmas opressões que dizem combater. Assim, ao mesmo tempo em que o jornal tensionava normas políticas e morais da ditadura, ele também reiterava, em suas representações, performances de gênero já consolidadas socialmente, contribuindo para a manutenção de hierarquias entre masculino e feminino. Como aponta Butler (2003), os discursos não apenas refletem a realidade, eles produzem e regulam os sujeitos, o que ajuda a compreender por que um veículo considerado subversivo no plano político podia, simultaneamente, reforçar normas de gênero excludentes. Essas tensões tornam o jornal um objeto importante para refletir os limites da contracultura e os desafios da mediação midiática de novas epidemias, como a HIV/AIDS.

2.2 O HIV/AIDS nas páginas de o pasquim: a transmissão da desinformação?

Para analisar as questões relacionadas ao HIV em *O Pasquim*, foram selecionados dez recortes considerados representativos do panorama geral do periódico. A partir desse conjunto, buscou-se identificar como o jornal abordou a epidemia e de que maneira construiu suas narrativas sobre a doença, procurando perceber especialmente seu posicionamento em relação às pessoas que viviam com HIV, bem como os sentidos atribuídos à sexualidade, ao estigma e às formas de

vulnerabilidade presentes nas páginas da publicação. As primeiras menções a AIDS em O Pasquim, ainda no início da década de 1980, revelam um cenário de incerteza e humor ambivalente. Na edição nº 599, de 1980, a doença aparece pela primeira vez em uma carta de um leitor que alerta, ironicamente, para o risco de “brincar com a morte das pessoas” ao usar a palavra “AIDS” como elemento de humor

NOTA DA MAROMBÃO PROMOTIONS

Desempregado? Aborrecido? Faminto? Desesperado? MAROMBÃO SEX-AIDS tornam sua vida sexual mais atraente e empresta novo encanto às atividades que você, blasé, jaded, julgava para sempre perdidas. Ungentos, consoladores digitais, máscaras do Pato Donald...

(Pare, Maromba, pare imediatamente com essa sordidez! Você está debochando com a vida dos outros! Industrializar, está certo, mas assim tão! E.T). (O Pasquim, nº 599, 1980, p. 2)

Essa aparição inaugural evidencia que mesmo diante de uma doença ainda pouco conhecida, o jornal já incorporava a temática como material satírico. Mais do que uma simples trivialização, esse movimento pode ser compreendido, a partir de Michel Foucault (1996), como uma forma de lidar discursivamente com um objeto marcado por interdições, sendo neste caso, a sexualidade e a doença. Certos temas são atravessados por tabus e não podem ser abordados livremente, sendo frequentemente deslocados para formas indiretas de enunciação, como o humor ou a ironia. Nesse sentido, ao transformar a AIDS em objeto de comicidade, o Pasquim banalizava a doença e a reinscrevia em um campo discursivo no qual aquilo que era potencialmente ameaçador ou proibido poderia ser dito sob a forma de riso. O humor operava, assim, como uma estratégia que permitia a circulação de um tema sensível, ao mesmo tempo em que o esvaziava de sua gravidade.

Além disso, como sugere Foucault (1996), o discurso constitui também aquilo “pelo que se luta”, configurando-se como espaço de disputa simbólica. Nesse sentido, a seleção de determinadas falas e a marginalização de abordagens de caráter científico ou médico sobre a epidemia evidenciam o funcionamento de procedimentos internos de controle do discurso, que definem o que pode ser dito e quais enunciados são deslegitimados. Tal operação contribui para a construção de um regime simbólico que relativiza ou minimiza a gravidade da doença, ao privilegiar determinadas interpretações em detrimento de outras.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número

de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1996, p.8-9)

Esse momento marca o início de uma trajetória discursiva peculiar que, ao invés de difundir informações de caráter educativo ou científico, utilizou inicialmente a epidemia como metáfora e elemento humorístico, alinhado ao estilo editorial que caracterizou suas décadas anteriores. A opção por reduzir a gravidade da doença a um jogo verbal, ainda que possuindo algum tom de crítica, reflete uma visão que enxergava o HIV/AIDS como fenômeno distante, deslocado da realidade cotidiana e mais associado à curiosidade do que à preocupação.

No ano de 1983, O Pasquim introduz explicitamente a expressão “câncer gay” para referir à HIV/AIDS, com a seguinte matéria:

MÁS NOTÍCIAS A RESPEITO DO CÂNCER GAY

Também chamado de *AIDS* pelos entendidos, o câncer gay parece uma coisa remota, exatamente tão remota quanto New York, onde virou moda.

Ledo engano, bonecas.

Fiz uma pesquisa ali pela Galeria Alaska e cheguei à seguinte conclusão: os garotões, chamados babalus, que comem os viados daqui, são os mesmos que comem os viados americanos que vêm pra cá em busca de novas emoções.

Em suma: pode-se contrair o câncer gay em cruzeiros.

Aí, machões. O câncer gay não dá só em viados. Dá em qualquer um, até em crianças. Quando disse para amigo distraído ele comentou: “Puxa, nos Estados Unidos, os viadinhos começam cedo.” (Jaguar, nº 730, O Pasquim, 1983, p.27)

Ao utilizar humor e ironia para descrever a doença como uma “moda” associada a determinados grupos, o texto contribui para a construção de um saber que vincula diretamente a homossexualidade à ideia de risco, desvio e contaminação. Nesse sentido, mais do que uma provocação satírica, trata-se de um processo de produção discursiva que delimita fronteiras entre o que é considerado “normal” e aquilo que é marcado como “outro”, reforçando hierarquias sociais e morais. O uso do termo “entendidos”, expressão historicamente vinculada ao universo homossexual, também reforçava essa ligação ao sugerir que a própria identificação da doença circulava em ambientes associados a esses sujeitos. Assim, a epidemia era inscrita em um campo discursivo que a relacionava diretamente à sociabilidade homossexual, reforçando a ideia de que se tratava de um fenômeno restrito a esse grupo.

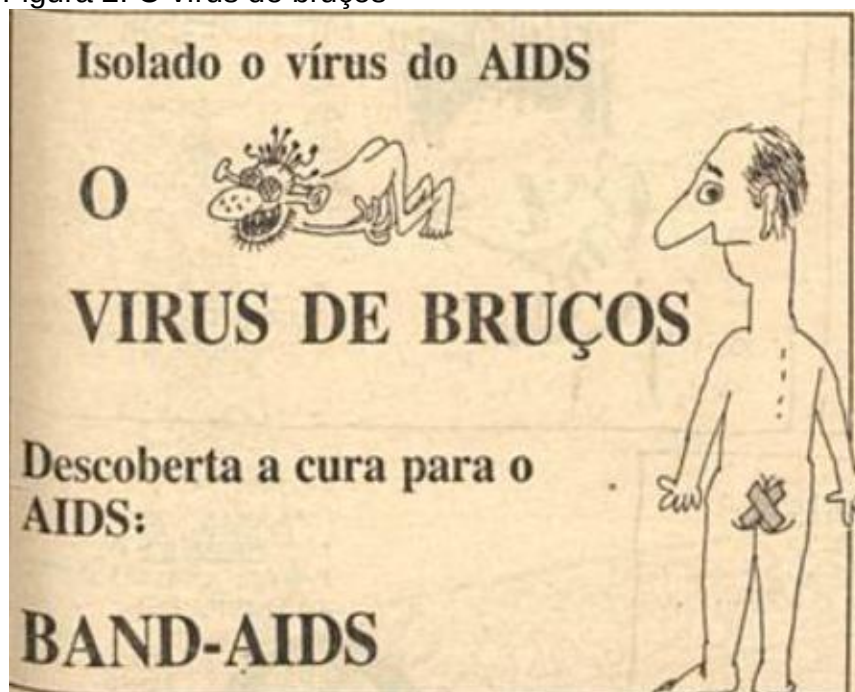
Essa relação enviesada e estigmatizante entre AIDS e homossexualidade produzida pelo O Pasquim, vai ao encontro de Judith Butler (2003), para quem gênero e sexualidade são efeitos de práticas discursivas reiteradas que produzem e estabilizam identidades. Ao denominar a doença como “câncer gay” e vinculá-la aos “entendidos”, o jornal reforçava a ligação entre homossexualidade, contaminação e perigo, contribuindo para a construção dessa identidade como abjeta. Para Judith Butler (2019), a identidade abjeta refere-se aos sujeitos produzidos como exteriores à norma social dominante, sendo associados ao desvio, à ameaça e à exclusão. Essas identidades são construídas discursivamente como aquilo que deve ser rejeitado para que a norma se estabilize, e no caso da homossexualidade vinculada à AIDS, essa associação contribuiu para posicionar esses sujeitos fora do campo dos cuidados biopolíticos. Neste mesmo sentido, Susan Sontag (2007) critica o uso de doenças como metáforas carregadas de valores morais e estigmatizantes. Para a autora, tais associações não são neutras, pois produzem “fantasias punitivas” em torno dos doentes, atribuindo-lhes culpa ou responsabilidade simbólica pela enfermidade. (Sontag, 2007, p.4) Nomeando a AIDS como “câncer gay”, o discurso simplificava a doença e a transformava em um marcador moral, projetando sobre determinados corpos sociais um conjunto de medos, preconceitos e estigmas.

Nesse sistema centrado na aliança legítima, a explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX provocou duas modificações. Em primeiro lugar, um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual. Evidentemente, o campo das práticas e dos prazeres continua a apontá-la como sua regra interna. Mas fala-se nela cada vez menos; em todo caso, com crescente sobriedade. Renuncia-se a acuá-la em seus segredos; não se lhe exige mais formular-se a cada instante. O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à maior descrição, tende a funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa. (Foucault, 2001, p. 39)

A formulação “câncer gay” se insere nesse quadro: ao rotular a AIDS como uma condição especificamente ligada à homossexualidade, o jornal contribui para colocar o vírus e os corpos gays como “perigosos”, “anormais”, “suspeitos”. O discurso médico-moral, que é legitimado socialmente pela mídia, transformava a AIDS em instrumento de controle e estigmatização do contágio biológico, moral e social (Sontag, 2007). Durante os anos de 1983 e 1984, O Pasquim intensificou sua cobertura da epidemia de HIV/AIDS, reforçando o uso de metáforas e trocadilhos sexuais. Em algumas edições, a doença deixou de figurar como tema de saúde

pública e passou a ser tratada como objeto de humor depreciativo, relacionando-a diretamente à sexualidade aos supostos excessos morais. Uma das charges publicadas nesse período dizia:

Figura 2: O vírus de bruços



(O Pasquim, nº 732, 1983, p. 3)

A charge apresenta a AIDS a partir de uma linguagem humorística que articulava sexualidade, estigma e banalização da doença. Ao representar o “vírus de bruços” e associar a “cura” ao uso de band-aids, mobilizava um duplo sentido sexual, sugerindo a relação anal e vinculando implicitamente a transmissão do HIV às práticas homossexuais masculinas. Esse recurso reforçava a leitura da epidemia como ligada a comportamentos específicos, transformando a sexualidade em elemento central da explicação da doença e deslocando o debate da dimensão sanitária para o campo da sátira sexual. A charge ainda trivializava gravidade da AIDS, apresentando uma “cura” simplificada e irônica, o celibato, com o uso de band-aid (ataduras) nos anus criando uma barreira física para a prática sexual. A escolha deste objeto de saúde como solução, estava na proximidade sonora e gráfica entre AIDS e “BAND-AIDS, transformando a doença em objeto de humor e sugerindo uma “cura” superficial, como um simples remendo ou interdição,

A charge se alinhava as práticas editoriais do período, nas quais a doença era tratada por meio do humor sexualizado, frequentemente associado à homossexualidade, o que reforçava estigmas e produzia a impressão de que o problema estaria circunscrito a determinados corpos e práticas. Dessa forma, a imagem articulava humor e sexualidade para construir a AIDS como fenômeno ligado ao desvio, ao mesmo tempo em que relativizava sua gravidade. Neste sentido, Butler alega:

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam forma e o significado da sexualidade. (Butler, 2003, p. 35)

Já outra mostra um filho conversando com sua mãe dizendo:

Figura 3: Mãe! Acho que estou com AIDS na mão...



(O Pasquim, nº 732, 1983, p. 28)

A imagem acima destacada baseia-se em uma expressão/ação de duplo sentido ligado à masturbação masculina, ao afirmar “Mãe! Acho que tô com AIDS na mão...”. A ambiguidade entre ter “AIDS” e ter algo “na mão” transformava a epidemia em objeto de humor íntimo e cotidiano, aproximando-a de práticas individuais e banalizando sua gravidade. Assim, a associação entre masturbação, sêmen e doença contribuía para reforçar a ideia de que a contaminação decorreria de

condutas pessoais, deslocando o debate das dimensões coletivas e estruturais da epidemia.

Essas duas passagens servem para exemplificar o conceito de Sontag (2007) ao demonstrar como determinadas enfermidades passam a ser carregadas de significados morais e simbólicos que ultrapassam sua dimensão biológica. Para a autora:

O que antigamente fazia a tuberculose parecer tão "interessante" - ou, como era geralmente admitido, romântica - também fez dela uma maldição e uma fonte de medo. Em contraste com as grandes doenças epidêmicas do passado (peste bubônica, tifo, cólera), que atacam cada pessoa como membro de uma comunidade atingida, a tuberculose era entendida como uma doença que isola a pessoa da comunidade. Por mais aguda que fosse a sua incidência na população, a tuberculose - como o câncer, hoje - sempre pareceu ser uma misteriosa doença de indivíduos, uma flecha mortífera (Sontag, 2007, p.25).

Esse tipo de representação construiu a ideia de que a epidemia seria fruto de práticas sexuais desviantes, o que reforçava alguns estigmas junto ao leitor que passava a associar a doença a sexualidade, principalmente para aquela considerada “libertina” ou “perigosa”. Ao ironizar, o jornal reforçava normas morais referentes ao corpo e ao prazer, associando o risco à desregulação sexual e à transgressão moral.

A sessão cartas se torna muito importante em nessa análise, pois é por meio dela que conseguimos inferir a opinião de alguns leitores:

O NERGUME QUER SAIR NA MÃO.
Cartinha à máquina é o cacete! Onde é que fica meu direito de me expressar da maneira que achar melhor? E o pobre que nasce na merda vai reclamar de que maneira?
Outra coisa que eu estou notando é que vocês andam falando muito em AIDS. Sei não. O Jaguar, se não tem o brilho da Jane Di Castro, já tá botando as manguinhas de fora, naquela de humor, pensando que tá enganando todo mundo. Mas não me embrulha não.
Te cuida, santa. Vovó costuma dizer que vanguarda também tem limite.
Nergume Coleman (Niterói, RJ)
° Nergume, tu leva jeito de entendido. Não é o primeiro que reclama da entrevista da Jane Di Castro. Fica calmo. AIDS é contagioso, viadagem não. A não ser que o reclamante já tenha dentro de si o micróbio. (O Pasquim, nº 735, 1983, p2).

Essa resposta ao leitor está inserida no contexto da entrevista com Jane Di Castro, atriz e cantora trans, e buscou responder ao leitor por meio do humor e sarcasmo também discriminatório. Ao afirmar que “AIDS é contagioso, viadagem não”, o comentário aparentemente diferenciava a doença da homossexualidade,

recusando sua equivalência. No entanto, ao acrescentar que o reclamante poderia já ter “dentro de si o micróbio”, a resposta mobilizava uma metáfora da peste, insinuando que o leitor fosse uma pessoa que vivesse com HIV ou então que por ser homossexual logo seria contaminado. Além disso, a observação de que o leitor estaria incomodado com o fato de o jornal “falar muito em AIDS” reforçava a ideia de que a preocupação excessiva ou o incomodo com a doença poderia denunciar uma proximidade com a homossexualidade, indivíduo alvo do HIV. Assim, quem se mostrava atento ou inquieto com a AIDS seria potencialmente identificado como gay e, portanto, mais diretamente ameaçado pela epidemia. Dessa forma, mesmo ao afirmar que a homossexualidade não seria contagiosa, a resposta mantinha a associação entre AIDS e sexualidade dissidente, sugerindo que o interesse pelo tema revelaria uma identidade interna e reforçando a construção da doença como vinculada a homossexualidade.

A piada, a carta do leitor, a resposta editorial, formam parte de um aparato discursivo que configura a AIDS como um sinal de desvio moral e risco social. Ao veicular a AIDS como “viadagem”, há uma fusão entre medo sanitário e preconceito moral, transformando a doença em instrumento de controle social e estigmatização de identidades.

O humor atua como um dispositivo discriminador que naturaliza a homofobia nas práticas organizacionais, fazendo com que por meio desta naturalização os danos, os desrespeitos e os traumas psicológicos que tais piadas produzem nos homossexuais não sejam percebidos pelos seus praticantes. (Pompeu, 2019, n.p.)

Já na sessão “Papo”, sessão também destinada a cartas recebidas dos leitores do Pasquim, encontramos uma relação entre o HIV/AIDS e o espaço geográfico no qual o leitor vivia:

HITLER NÃO MORREU EM VÃO.

Ninguém, em sã consciência, poderá negar que o carioca é dado à malandragem, samba, caipirinha e à boa vida. Baiano, esse então nem se fala, só pensa em capoeira, artesanato ordinário e em vagabundagem. E se mato-grossenses (do norte) – aí sim – teríamos muito pano para manga. A propósito vocês que habitam essa zona tropical e subdesenvolvida, porque não perdem menos tempo em bares, ouvindo e discutindo aquela porcaria a que vocês chamam “chorinho”, cinema nacional e outras manifestações e ficam mais em casa escutando Varése, Messiaen, Ives, etc (não, não são cantores de jazz, seu idiotas !) – isso, certamente, não vai alimentar a sensibilidade de vocês – mas pelo menos morrerão menos ignorantes. Walter Wolfenbuettel e Alice Schleisinger (Porto Alegre, RS).

°Ach! Ei, pessoal acima da faixa sanitária, que vocês acham de Wolfenbuettel e Schleisinger? Eu, pessoalmente, prefiro Schinit e Steinghager. O Walter parece que é chegado a sentar numa varese. Cuidado com o AIDS em Pelotas, garotão. (O Pasquim, nº 745, 1983, p. 2).

A resposta acima, mobilizou o espaço geográfico como elemento de humor e estigma, associando Pelotas, no Rio Grande do Sul, à homossexualidade e, conseqüentemente, ao risco de contrair o HIV e desenvolver AIDS. Ao exclamar “Cuidado com o AIDS em Pelotas, garotão”, o comentário apelava para uma conhecida representação do imaginário social que atribuía ao Rio Grande do Sul, especialmente a cidade de Pelotas, a presença significativa de homens homossexuais. Nesse sentido, o lugar de origem do leitor deixava de ser apenas uma localização e passava a operar como marcador, no qual o território era simbolicamente vinculado à sexualidade dissidente e à possibilidade de contaminação. Essa associação articulava espaço, sexualidade e doença, reforçava a ideia de que determinados locais concentrariam sujeitos considerados desviantes e, portanto, mais vulneráveis à epidemia. Assim, o risco aparecia territorializado, sugerindo que viver ou frequentar esse espaço implicaria proximidade com a homossexualidade e com a doença. Ao mobilizar a AIDS como elemento de distinção moral vinculando-a a certos corpos e práticas, o discurso atua como um dispositivo de controle simbólico, delimitando fronteiras entre o “normal” e o “desviante”. Para Judith Butler (2019), tais enunciados reiteram normas sociais que produzem identidades e corpos inteligíveis, ao mesmo tempo em que excluem e abjetizam aqueles que não se conformam a essas normas.

Desse modo, essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. (Butler, 2019, p.22)

Assim, o humor e a sátira presentes no texto funcionam como práticas discursivas que reforçam e estabilizam hierarquias sociais, culturais e sexuais. Dessa forma, ao ridicularizar certos corpos e sexualidades, e ao imputar a eles a culpa pela epidemia, naturalizando a homofobia, o jornal não estava apenas expressando preconceitos individuais, ele também reiterava normas simbólicas que

definiam quem merecia empatia, e quem deveria ser excluído. A “normalidade” heteronormativa, construída discursivamente, é reforçada, e a AIDS convertida em marca de diferença, risco e perversão.

Nesse contexto, a violência manifesta-se de forma física, como um mecanismo de privação simbólica, que delimita o que pode ou não ser dito, vivido ou legitimado por determinados grupos sociais. Um exemplo disso aparece no texto de Sylvio Abreu, intitulado “AIDS aumentando no Brasil”, no qual se afirma, “Imagino o Tancredo, moderadamente a favor de alguma censura, proibindo os veados de comerem tudo que seja afrodisíaco – (Sylvio Abreu, já no Rio).” (O Pasquim, n° 797, 1984, p. 15). A nota associava o aumento da AIDS à homossexualidade ao sugerir, de forma irônica, que Tancredo Neves poderia “proibir os veados de comerem tudo que seja afrodisíaco”. Ao vincular a AIDS ao consumo de afrodisíacos e ao desejo sexual, o enunciado reforçava a ideia de uma sexualidade gay era descontrolada, e precisava ser limitada pela interdição. Essa construção discursiva operava por meio da naturalização da relação entre homossexualidade, desejo e risco, sugerindo que a contenção da epidemia passaria pela restrição das práticas sexuais dos “veados”.

. Na II Teleconferência Pan-Americana sobre a AIDS, ao qual O Pasquim realizou a cobertura, temos o Dr. Ronald St. John, coordenador do programa de Avaliação da Situação e das Tendências da Saúde da OPAS dando a seguinte declaração:

O Dr. St. John não estranha o fato do vírus da AIDS só se ter manifestado em larga escala há poucos anos. Segundo ele, isto é explicável pelo fato de o mundo biológico estar mudando a cada momento. O que é estranho, é não termos mais doenças como esta”. Diz ele.

Os especialistas ainda não chegaram a um acordo sobre a idade do vírus da AIDS: “alguns acreditam que ele tenha surgido há 45 anos, outros há cem anos. De qualquer maneira, foi só nos últimos anos que ele encontrou condições de disseminar-se” afirma. Estas condições foram geradas por mudanças sociais, como a superação das tradições conservadoras em matéria de costumes nas grandes aglomerações urbanas. (O Pasquim, n° 994, 1988, p.8).

Ao sugerir que as “condições” que permitiram a disseminação da AIDS foram causadas por transformações sociais, ou seja, por uma relaxação de normas morais, por urbanização, por mudança de costumes, o discurso contribuía para localizar a culpa da epidemia nos comportamentos, nos corpos, nas identidades desviantes. Em vez de encarar a AIDS como desafio sanitário que exigia prevenção universal, solidariedade, educação em saúde e políticas públicas, o jornal reforçava

a narrativa de que a luta contra a doença é, antes de tudo, uma luta em favor da moralidade, e contra a “degeneração dos costumes”.

Ainda nessa teleconferência, St. John afirma que “A AIDS não deve ser encarada como a maior prioridade pelo Governo Brasileiro, mas, certamente, como uma das prioridades”. (O Pasquim, nº 7708, 1988, p.8), e essa fala ganha contornos problemáticos quando analisado sob o viés histórico da epidemia. A priorização parcial ou condicional do combate à AIDS contribuiu para perpetuar negligências como a falta de políticas públicas efetivas, a demora no reconhecimento da gravidade da epidemia, o adiamento de respostas sanitárias, de campanhas de prevenção, de assistência às pessoas infectadas.

Com a evolução da epidemia, entretanto, surgiram pontos de discórdia entre políticas locais e algumas diretrizes do ministério em relação a assistência e prevenção, quando se tratava do uso de preservativo e de redução de danos por uso de drogas. O Programa Nacional hesitava em promover o uso do preservativo como estratégia de prevenção, porque a Igreja católica tinha posição contrária. “Lair tinha formas diferenciadas de olhar para o problema. Ela sempre foi uma pessoa muito responsável e com a Igreja ela sempre foi muito em cima do muro, não brigava com a Igreja. Talvez naquele momento pudesse estar se aproximando da Igreja, por exemplo, de São Paulo, de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, que eram Igrejas progressistas. A Lair, por ser uma pessoa militante, abraçou a causa e às vezes ouvia pouco, esse era o grande problema dela, e foi muito criticada por isso, tanto que na segunda inserção dela no programa ela ouve mais a equipe, ouve mais a assessoria” (Álvaro Hideyoshi Matida, 24 de maio de 2004)216. Lair Guerra, ela mesma uma pessoa muito religiosa, tinha fortes vínculos com a Igreja presbiteriana. É notável perceber como incorporou uma postura extremamente aberta e progressista com o passar dos anos, diante dos diferentes desafios apresentados pela epidemia, como a abordagem franca de questões relacionadas ao sexo e ao uso de drogas ilícitas. (Teodorescu, 2003, p.111).

Esse tipo de discurso, quando naturalizado pela mídia e por médicos, legitimavam a desmobilização social e institucional frente a uma crise de saúde pública grave e urgente. Esse discurso articulava epidemiologia, moralidade e identidade de modo a produzir estigmas duradouros. Mesmo com o avanço das pesquisas e o surgimento de evidências científicas mais claras, a associação da AIDS a grupos marginalizados, à homossexualidade, à “vida boêmia”, à “transgressão sexual” e à desordem cultural estava consolidada.

Essa herança simbólica, porém, vem sendo questionada e transformada por mudanças legais, sanitárias e sociais que buscam desarticular o estigma institucional e social que se formou durante os primeiros anos da epidemia. Um exemplo concreto é a recente mudança na política de doação de sangue no Brasil:

durante décadas, pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo eram impedidas de doar sangue, baseado em premissas epidemiológicas e moralistas nascentes da epidemia de HIV (Lima, 2021, p.3). Em maio de 2020, esse critério foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão que representou um marco de combate à discriminação institucional, abrindo caminho para uma triagem baseada em risco individual, e não em orientação sexual.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta sexta-feira (8), por maioria de votos, derrubar restrições à doação de sangue por homens gays. O julgamento, que terminou às 23h59 desta sexta, foi feito pelo plenário virtual da Corte. A maioria dos ministros decidiu que normas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que limitam a doação de sangue por homens gays são inconstitucionais. Atualmente, bancos de sangue rejeitam a doação de homossexuais que tenham feito sexo com outros homens nos 12 meses anteriores à coleta. (D'Agostinho e Rodrigues, 2020)

Essa mudança evidenciou a necessidade de repensar os preconceitos historicamente associados às pessoas que vivem com HIV, especialmente aqueles que vinculam a doença a identidades específicas. A associação reiterada entre HIV/AIDS e homossexualidade, construída nos primeiros anos da epidemia, contribuiu para a produção de estigmas que ultrapassaram o campo sanitário e se transformaram em mecanismos de exclusão social e institucional. Ao deslocar a triagem para critérios baseados em risco individual, e não em orientação sexual, a decisão do STF representou um avanço na desconstrução dessa herança simbólica, reconhecendo que a vulnerabilidade ao HIV está determinada por contextos e práticas.

Nesse sentido, torna-se fundamental problematizar a persistência de discursos que localizam a doença em sujeitos considerados desviantes, como homens homossexuais ou indivíduos associados a determinadas práticas sexuais. Esse entendimento reforçou estigmas, e dificultou o entendimento sobre a complexidade epidemiológica do HIV e dificultando estratégias de prevenção. Ao desvincular a doença de identidades específicas, abrimos o caminho para uma compreensão do HIV/AIDS baseada em direitos, cuidado e saúde pública, reconhecendo as pessoas que vivem com HIV como sujeitos de cidadania, e não como marcadores de risco moral.

Em meados de 1985, a AIDS é consolidada como a doença-símbolo do medo e da desordem moral no imaginário social. Durante as páginas do periódico, é constantemente reafirmado que a última coisa que eles gostariam que ocorresse seria possuir AIDS.

Figura 4: Mas não é AIDS!



(O Pasquim, 1985, nº 839, p.12)

A charge de O Pasquim (1985, nº 839, p.12) explicita esse imaginário ao apresentar um paciente que, mesmo diante de uma sucessão de diagnósticos graves, reage com alívio e celebração ao constatar que “não é Aids”. O humor expresso nesse quadrinho evidencia uma hierarquização simbólica das enfermidades, na qual a Aids ocupa o lugar de ameaça máxima, ultrapassando o sofrimento físico e operando como signo social de estigma, exclusão e morte iminente. Essa construção discursiva apenas reforça o efeito dos dispositivos de poder que atravessam o campo médico e midiático, produzindo verdades sobre os corpos e regulando percepções sobre saúde e doença (Foucault, 1996).

Já a leitura de Judith Butler (2019) permite avançar ao compreender como esse discurso também opera na constituição de vidas consideradas “menos vivíveis”. A reação do personagem revela que o temor da Aids não se limita à morte física, ela está profundamente ligada à desqualificação social do sujeito, cuja existência passa a ser marcada por normas que delimitam quais vidas merecem reconhecimento e quais são relegadas à abjeção. A Charge então expõe os mecanismos de produção do estigma, evidenciando como o discurso sobre a Aids, ao mesmo tempo em que informa, disciplina e exclui, contribui para a consolidação de hierarquias morais e políticas sobre os corpos. Analisando este outro momento:

Figura 5: Sinal dos Tempos



(O Pasquim, 1985, n° 835, p.23)

De maneira irônica, a personagem celebra a existência da Aids por acreditar que a doença funcionaria como um mecanismo de controle da sexualidade masculina. O humor, nesse caso, revela o pânico diante a epidemia e a instrumentalização como reguladora de comportamentos, especialmente no âmbito das relações conjugais e da moral sexual. Se dialogarmos com Foucault (1996), é

possível compreender essa representação como expressão de um dispositivo de poder que articula saber médico e normatividade social, produzindo a sexualidade como campo de vigilância e disciplina. A Aids emerge, nesse contexto, como um operador de controle que reforça padrões de conduta e intensifica a regulação dos corpos, sobretudo ao associar risco, culpa e punição às práticas sexuais desviantes da norma heterossexual monogâmica. A fala da personagem traz uma luz a como o medo da doença é reapropriado no cotidiano como ferramenta de contenção e normalização do desejo.

Agora, se trazer ao debate Susan Sontag, pode-se observar que no caso da Aids, a charge evidencia sua construção como metáfora de punição e correção de condutas, associada à ideia de promiscuidade e desvio de comportamentos, como a de ser fiel dentro de um matrimônio. O alívio ou mesmo a “utilidade” atribuída à doença pela personagem está longe de ser devido à enfermidade em si, e sim ao imaginário que a transforma em instrumento simbólico de ordem social. Entretanto, no mesmo espaço discursivo, emergem vozes que tensionam essa lógica.

Sou favorável a uma ampla campanha educativa sobre a AIDS. Sem escândalos, sem sensacionalismo. O objetivo não é o de fazer as pessoas reprimirem seus impulsos amorosos, mas sim o de permitir que os realizem na mais ampla condições de segurança possível.

Acho que essa deve ser a linha mestra de uma atitude de governo e cientistas. Não vamos voltar ao tempo dos cintos de castidade. Já se avançou muito moral e cientificamente para reduzir as possibilidades de felicidade, assim, sem mais nem menos. Vamos olhar para frente. Amém.
(Gabeira, O Pasquim, 1985, n° 839, p. 13)

O posicionamento de Fernando Gabeira aponta para uma inflexão importante ao defender “uma ampla campanha educativa sobre a AIDS”, sem escândalo ou sensacionalismo, e orientada para a vivência da sexualidade em condições seguras. Tal perspectiva desloca o eixo da moralização para a informação, indicando que, já naquele momento, começava a se delinear uma abordagem mais crítica e propositiva diante da epidemia, baseada na educação e na autonomia dos sujeitos. Paralelamente, outros trechos do mesmo número reforçam a dimensão metafórica e alarmista da Aids:

Como se vê, a cocaína é muito mais antiga no país que o uísque. Só que, depois de um longo período de hibernação, ela voltou sem aquele toque meio festivo de outros tempos — ao contrário, com um potencial

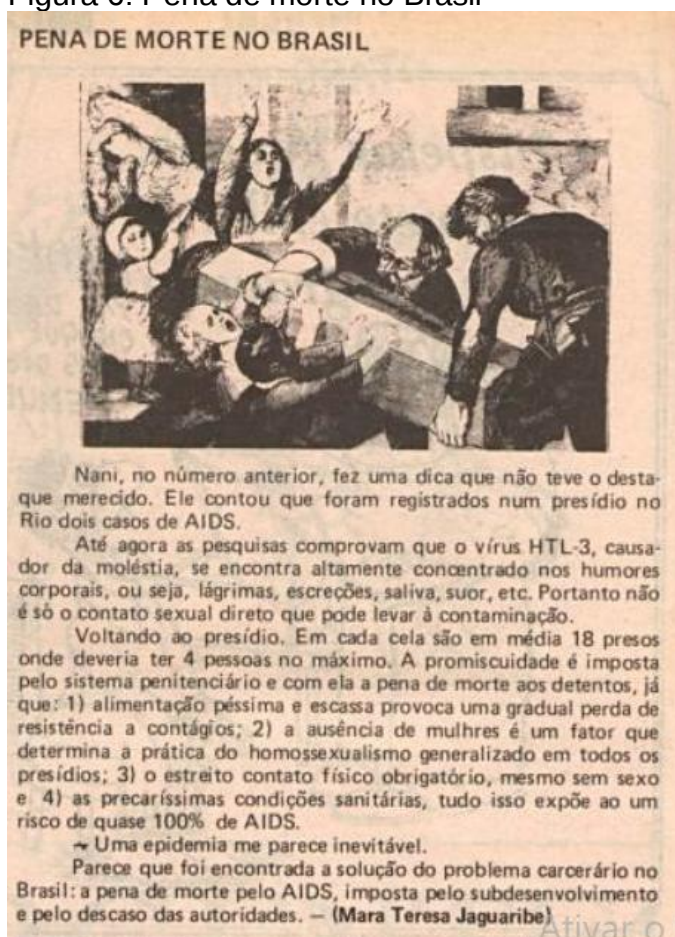
destruidor que traz a pinta de uma AIDS instalada no organismo social. (O Pasquim, 1985, nº 839, p. 17).

Nesse caso, a doença é mobilizada como metáfora de degradação e ameaça coletiva, ampliando seu significado para além do campo biomédico e reforçando seu caráter de signo de colapso social. Tal uso evidencia a força simbólica da Aids naquele contexto, capaz de mesclar medos difusos e ser aplicada a diferentes fenômenos considerados perigosos, que eram reforçados frequentemente com discursos religiosos, como podemos ver no trecho:

E, como se não bastasse a violência de governantes, impondo no cacete a reversão a um mundo medieval, o comportamento também recua para atitudes que se supunham sepultadas. Toda a conquista da liberação sexual está, em todo o mundo, sob a ameaça moralista do terrorismo chamado Aids. Vá lá que a doença seja séria, mas daí a infundir o pânico, provocando paranoias, vai uma distância tão grande que só pode ser vencida com sensacionalismo na imprensa e interesses obscuros. O Cardeal do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, chegou a dizer que o Aids é um castigo de Deus para punir a permissividade sexual. Comentário digno de um bispo do século XII. (O Pasquim, 1985, nº 841, p. 15)

Quando é feita a crítica da associação entre a doença e um suposto “castigo divino”, observa-se como discursos morais e religiosos contribuíram para intensificar o pânico e legitimar processos de estigmatização.

Figura 6: Pena de morte no Brasil



(O Pasquim, 1985, nº 841, p.22)

Esse sentido, a aids é mobilizada como consequência quase inevitável de um ambiente marcado por superlotação, ausência de políticas sanitárias, repressão institucional, e como pontuado pelo autor, da promiscuidade e homossexualidade como principal fator de transmissão. Nesse estado, o periódico serviu para tencionar em determinados momentos reflexões a cerca de como a doença é enxergada, contudo, não abriu mão do preconceito e estereótipos quando foi necessário zombar de leitores ou criar piadas em cima dessa realidade. Ao mesmo tempo em que desestabiliza discursos hegemônicos, ele pode também reiterá-los, sobretudo ao associar a Aids à culpa, ao desvio e a punição.

Dessa forma, a análise aqui desenvolvida permite compreender que as representações da Aids na imprensa alternativa dos anos 1980 a 91 refletiam o contexto de incerteza e medo diante da epidemia, contribuindo ativamente para a construção de imaginários sociais sobre a doença. Em diálogo com Michel Foucault (2001), observa-se a centralidade dos dispositivos de poder na regulação dos corpos

e dos prazeres, enquanto, a partir de Susan Sontag (2007) e Judith Butler (2019), evidencia-se a força das metáforas na produção de estigmas duradouros.

Por fim, revisitar esses discursos no presente se configura como gesto crítico fundamental para compreender como narrativas sobre doença, moralidade e diferença continuam a ser produzidas (e disputadas) no campo social.

4. Conclusão

Encaminhando para o desfecho dessa narrativa, a presente pesquisa busca compreender de que forma os discursos presentes no periódico “O Pasquim” de São Paulo e Rio de Janeiro relacionados ao HIV/AIDS foram veiculados durante os anos de 1980 e 90, sendo levado em consideração a importância do periódico no período com sua ampla veiculação, chegando aproximadamente 28 mil exemplares em sua primeira tiragem.

Um periódico que em sua primeira edição bateu números recordes de vendas para o período conseguiu atingir diversas classes sociais e criar um vínculo de redação/leitor que, após as análises, parecia ir muito além de um simples produto vendido em uma bancada de jornal.

A sessão “Cartas” deixa claro essa relação quando elas são respondidas de forma despretensiosa pelos redatores do jornal, que não se preocupam em ter uma formalidade já que essas respostas serão publicadas para diversas pessoas lerem. Todas as cartas têm suas respostas, com um tom humorístico, como se estivessem em uma conversa de mesa de bar.

O periódico com o tempo passa por alguns eventos importantes na história brasileira. Um deles sendo a ditadura militar, onde sofreu diversas censuras em suas páginas, tendo que se adaptar ao longo do tempo dentro de sua redação. Esse momento é um ponto de virada dentro do periódico pois com o sequestro de alguns redatores principais devido a ditadura militar, outras pessoas precisaram assumir seu papel de forma anônima, as vezes fazendo o trabalho de mais de uma pessoa e trazendo assim novas narrativas, perspectivas e vozes ao periódico (O Pasquim: Subversão do humor, 2004).

É necessário então que seja compreendido a importância dos discursos presentes no periódico, já que através dele é possível perceber que O Pasquim atuava como um espaço ativo de produção de sentidos sobre a realidade social do período. Seus textos, charges e entrevistas contribuíam para a construção de interpretações sobre temas sensíveis, operando entre a crítica e a reprodução de discursos já estabelecidos.

Levando isso em consideração, o cenário principal ao qual é trazido para debate é o impacto da epidemia de HIV/AIDS, que se configurou como um dos eventos mais marcantes das décadas de 1980 e 1990. Nesse contexto, a mídia

desempenhou um papel primordial na construção de significados sociais sobre a doença, partindo do ponto de análise ao qual o discurso também é uma ferramenta de controle.

Em “A ordem do discurso”, Michel Foucault (1996) rompe com a ideia de que o discurso seria apenas um reflexo neutro da realidade, afirmando que ele possui um papel ativo na sua constituição. Para o autor, o discurso é mais do que simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, ele é também aquilo por que se luta e através do qual o poder se exerce

Como é observado ao longo da pesquisa, muitos veículos de comunicação contribuíram para a consolidação de estigmas ao associar o HIV/AIDS a determinados grupos sociais, especialmente à comunidade homossexual, reforçando discursos moralizantes e excludentes. A análise compreende então que o próprio “O Pasquim”, ainda que em alguns momentos tenha tensionado essas narrativas, também participou desse processo, evidenciando como os meios de comunicação atuaram como agentes ativos na produção e circulação de representações que impactaram diretamente a forma como a sociedade passou a compreender a epidemia. A linguagem humorística e irônica, característica do jornal, funcionava como uma ferramenta que tensionava normas sociais e, em determinadas situações, reforçava estereótipos.

Os discursos acerca do HIV/AIDS dentro do Pasquim são ambíguos. Ao mesmo tempo em que o periódico se colocava como um espaço de crítica à mídia tradicional e aos discursos hegemônicos, ele também reproduzia, ainda que de maneira indireta ou mediada pelo humor, elementos que reforçavam estigmas já consolidados. Quando o periódico se abstém em um momento crucial dentro de uma fala em entrevista carregada de preconceito, isso o torna mais do que cúmplice do estigma, ele o reforça e o publica para dezenas de pessoas normalizar internamente e o reproduzirem. Essa dualidade evidencia que a imprensa alternativa não esteve completamente dissociada das estruturas discursivas de seu tempo, operando dentro de limites que refletiam tanto seu caráter contestador quanto suas contradições.

Partindo dessa análise, é possível compreender que os discursos midiáticos participam ativamente de sua construção. Nesse sentido, o “O Pasquim” pode ser entendido como um agente inserido em relações de poder, no qual diferentes narrativas sobre o HIV/AIDS foram produzidas, disputadas e legitimadas.

Essa dinâmica evidencia que a construção do imaginário social sobre a doença esteve diretamente ligada às formas pelas quais ela foi representada nos meios de comunicação, o que reforça a importância de se analisar a mídia como um espaço de produção de saberes e de normatização social.

As reflexões realizadas ao longo da pesquisa demonstram que, no contexto histórico analisado, a epidemia de HIV/AIDS foi acompanhada por um processo intenso de construção simbólica, marcado pelo medo, pela moralização e pela exclusão de determinados grupos sociais. Grupos esses que viviam com um duplo estigma: O da doença e o da sexualidade desviante. O termo “Sexualidade desviante” é colocado aqui no texto em segundo lugar pois homens considerados heterossexuais também sofreram homofobia das especulações da mídia em torno de sua sexualidade acarretado pela contração da doença, como foi o caso citado neste artigo de Rock Hudson (Galvão, 1997).

No que se refere ao objeto de estudo, evidencia-se que mesmo um periódico com características contra hegemônicas, como O Pasquim, ele não esteve imune à reprodução de discursos estigmatizantes. Além disso, ao dialogar com o tempo presente, torna-se possível perceber que muitos desses estigmas ainda persistem, influenciando a forma como o HIV/AIDS é compreendido socialmente e evidenciando a permanência de discursos que associam a doença a marcadores morais e identitários.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa abre caminhos para novas investigações que possam ampliar o olhar sobre a relação entre mídia e HIV/AIDS. Estudos futuros podem explorar outros periódicos, diferentes recortes temporais ou mesmo a recepção desses discursos pelo público, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das continuidades e transformações desses imaginários. Nesse sentido, refletir sobre os acontecimentos que originaram tanta perseguição a comunidade LGBTQIAPN+ se torna fundamental para problematizar o presente e contribuir para a construção de discursos mais críticos e menos excludentes.

REFERÊNCIAS

A TERCEIRA onda: Batizada primeiramente de ‘peste gay’, a AIDS saltou do círculo homossexual e já é vista como catástrofe. Veja, São Paulo, Edição 949, 12 nov. 1986.

AIDS aumentando no brasil AIDS aumentando no brasil. O Pasquim, Rio de Janeiro, 6 de Outubro de 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/124745/27058> . Acesso em: 06 dez. 2025.

AIDS, a peste que ameaça toda a humanidade. revista Manchete de 02 de julho de 1983. pg 76.

ALMEIDA, Carla; BENTO, Luiz; JARDIM, Gabriela; RAMALHO, Marina; AMORIM, Luís; FOLINO, Carolina Habergic. O teatro como estratégia de engajamento de jovens no enfrentamento da Aids. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, e200402, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.200402>

ALVES, Ismael Gonçalves. Da soberania às biopolíticas: a medicina como instrumento de governo e a inserção da vida biológica na contemporaneidade. Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades, v. 9, p. 1–26, 2011.

AYMORE, Lea Mattosinho. O Pasquim em tempos de abertura política (1978-1980): uma análise das grandes entrevistas. 2016. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.

BERGSON, Henri. **O riso: Ensaio sobre o significado do cômico.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

BORTOLOZZI, Rodrigo Manzano. Entre trapos e colchas: vestígios da memória LGBT sobre as primeiras respostas paulistanas à epidemia de HIV/Aids. 2021. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.5.2021.tde-28092021-112410>

BRASIL, Bruno. A breve história e a caracterização d'O Pasquim. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 6, p. 159–176, 2012.

BRASIL, Bruno. A breve história e a caracterização d'O Pasquim. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 159–176, 2012. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e06_a17.pdf. Acesso em: 3 jan. 2026

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 34, de 11 de junho de 2014. Dispõe sobre as boas práticas no ciclo do sangue. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 158, de 4 de fevereiro de 2016. Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 fev. 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. 1. ed. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019. Disponível em: <https://transreads.org/wp-content/uploads/2021/07/2021-07->

28_61015fcd45193_CorposqueimportamoslimitesdiscursivosdosexoPortuguezeEditi
onbyJudithButlerz-lib.org_.pdf. Acesso em: 05 de fev de 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O Pasquim – A Subversão do Humor**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/154882-o-pasquim-a-subversao-do-humor>. Acesso em: 10 out. 2025.

CASTRO, Mônica. **O Pasquim**. In: Fundação Getúlio Vargas — Atlas Histórico do Brasil [em linha]. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6288>.

CAZEIRO, Felipe; SILVA, Geórgia Nogueira da Silva; SOUZA, Emily Mel Fernandes de Souza. Necropolítica no campo do HIV: algumas reflexões a partir do estigma da Aids. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5361–5370, out. 2021.

CRESCÊNCIO, Cíntia. **Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988)** Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers**. 4. ed. Abingdon: Routledge, 2011. Disponível em: <https://infodocks.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/01/stanley-cohen-folk-devils-and-moral-panics.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

CORREIA, Bruna de Albuquerque. *Cobertura jornalística sobre o HIV/AIDS: um estudo discursivo das notícias no portal TNH1*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10420>. Acesso em: 17 set. 2024

COSTA, Adriano Henrique Caetano. Homens que fazem sexo com homens (HSH): uma categoria, muitos significados. In: **Simpósio Nacional de História**, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 12-17. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1464.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

COSTA, Eduardo Louzada Da; VENANCIO, Marina Andrade; GAMONAL, Aloísio. **Sarcoma de Kaposi**. HU Rev, p. 77–84, 2006.

D'AGOSTINO, Rosanne; RODRIGUES, Mateus. **Supremo Tribunal Federal derruba restrições à doação de sangue por homens gays**. G1 — Brasília, 09 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/09/supremo-tribunal-federal-derruba-restricoes-a-doacao-de-sangue-por-homens-gays.ghtml>

DARDE, Vicente William da Silva. **As vozes da AIDS na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

EUA X Brasil, temos algo em comum. O Pasquim, Rio de Janeiro, n. 941, 1987, p. 32. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/124745/32376>. Acesso em: 17 abr. 2025.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 3, p. 409–416, set. 2004.

FARIAS, Geovane Mendes. et al. **Prevalência das internações por AIDS em um hospital de referência no estado da Paraíba.** Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 20, n. 58, p. 107–130, 2024.

Fernandes, I., & Alves de Toledo Bruns, M. (2021). **REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL ACERCA DA HISTÓRIA DO HIV/AIDS.** *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.916>

FERRAZ, Aidê Ferreira; STEFANELLI, Costa Stefanelli. **Interações familiares de pessoas vivendo com HIV e AIDS.** REME-Revista Mineira de Enfermagem, v. 5, n. 1, 2001. DOI: 10.5935/2316-9389.2001.v5.50964. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/50964>. Acesso em: 6 nov. 2025.

FONSECA, Luciana Kelly da Silva et al . Análise da estigmatização no contexto do HIV/AIDS: Concepções de Pessoas que Vivem com HIV/AIDS. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte , v. 13, n. 2, p. 1-15, ago. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 mar. 2026. <https://doi.org/10.36298/gerais202013e14757>.

FONSECA, Luciana Kelly da Silva. et al. **Análise da estigmatização no contexto do HIV/AIDS: concepções de pessoas que vivem com HIV/AIDS.** Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 13, n. 2, p. 1–15, ago. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000200007&lng=pt&nrm=iso.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996. Disponível em: https://legado.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%2C%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf. Acesso em: 21 de Fev. de 2024.

FOUCAULT, Michel. **Aula de março de 1976.** In: **Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285–315. Disponível em: <https://campodiscursivo.paginas.ufsc.br/files/2021/09/TEXTO-2-Foucault-Aula-7-março-In-Em-defesa-da-Sociedade.pdf>. Acesso em: 24 de Mar. De 2024

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadasesexualidade.pdf. Acesso em: 12 de Jan. de 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. 160 p. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Foucault_Vigiar%20e%20punir%20I%20e%20II.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2024.

FREIRE, Diego. Após decisão do STF, Anvisa retira restrição para que homossexuais doem sangue. **CNN Brasil**, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/apos-decisao-do-stf-anvisa-retira-restricao-para-que-homossexuais-doem-sangue/>. Acesso em: 17 de abril de 2024

GALVÃO, Jane; PARKER, Richard. **As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/AIDS**. Jornal do Brasil, v. 12, p. 83, 1997.

GARCIA, Sandra; KOYAMA, Mitti Ayako Hara. **Estigma, discriminação e HIV/AIDS no contexto brasileiro, 1998 e 2005**. Revista de Saúde Pública, v. 42, p. 72–83, 2008.

GARRET, Laurie. *A próxima peste: novas doenças em um mundo em desequilíbrio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Boletim do Grupo Gay da Bahia. Salvador: GGB, 2011. Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/5-boletim-do-ggb.pdf> . Acesso em: 13 de Fev. 2025

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. **O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades**. Temas em Psicologia, v. 17, n. 2, p. 553–567, 2009.

GUNTHER, Luiz Eduardo; BARACAT, Milléo Baracat. **O HIV e a AIDS: preconceito, discriminação e estigma no trabalho**. Revista Jurídica, v. 1, n. 30, p. 398–428, 2013.

HENRIQUES, Antonio. **Anarquia e democracia: a violência nos movimentos sociais no Brasil – 2013**. Século XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM-POA, v. 5, n. 1, p. 152–165, 2014.

HERZLICH, Claudine; PIERRET, Janine. **Uma doença no espaço público: a AIDS em seis jornais franceses**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 2, n. 1, p. 7–35, 1992.

Hitler não Morreu em vão. O Pasquim, Rio de Janeiro, 6 de Outubro de 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/124745/27058> . Acesso em: 06 dez. 2025.

Isolando o vírus da AIDS. O Pasquim, Rio de Janeiro, 7 de Setembro de 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/124745/26719> . Acesso em: 06 dez. 2025.

JOGO SUJO. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 835, p. 14, 1985. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/28916> Acesso em: 13 de Fev. 2025
JORNAL DO BRASIL. Ele sabe que vai morrer. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1987. p.08

KAMEL, Luciana. **O papel da resposta brasileira e internacional ao HIV/Aids na formação do campo da saúde global.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 29, e240650, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.240650>.

KUCINSKI, Bernardo. *Nos tempos da imprensa alternativa.* São Paulo: Comissão da Verdade / Cadernos Imaginário, 2001. Disponível em: https://www.marcosfaerman.com.br/1991_JornalistasRevolucionarios.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2026.

TEODORESCU, Lindinalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **História da AIDS no Brasil. v. 1: As respostas governamentais à epidemia de AIDS.** Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, 2015.

LEANDRO, José Augusto; BARSZCZ, Marcos Vinícius. **A AIDS personificada no jornal Correio de Notícias (PR), 1987 a 1992.** RECIIS, v. 15, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i1.2185>.

LIMA, Allan Greicon Macedo. **A atuação do Movimento Homossexual contra políticas discriminatórias e a pandemia de Aids nos EUA na década de 1980.** In: Anais III Semana de Relações Internacionais Ufabc-Unifesp, São Bernardo do Campo, 2017.

LIMA, Simone Alvarez. **ADI 5.543/DF: da inconstitucionalidade da proibição da doação de sangue por homossexuais.** Revista da EMERJ, v. 23, n. 1, p. 246–266, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://ojs.emerj.com.br/index.php/revistadaemerj/article/view/492>.

LUI, Lizandro. **O HIV/AIDS na Revista Veja na década de 1980.** 2013.
 MANN, J.; TARANTOLA, D.; NETTER, T. **From epidemiology to vulnerability to human rights.** In: AIDS in the World II. New York: Oxford University Press, 1996. p. 427–476.

MANTOVANI, Denise Maria. *Mídia e eleições no Brasil: disputas e convergências na construção do discurso político.* Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MEDEIROS, Aline dos costa; MÜLLER, Simony Davet; PEREIRA, Lucas Oliveira. **Medicamentos antirretrovirais no SUS: uma revisão de literatura sobre a adesão ao tratamento do HIV.** Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 11, p. 2292–2318, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.16439>.

Naves, Bárbara de Sá. **A campanha contra o Projeto Escola Sem Homofobia como pânico moral concreto.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/34606>. Acesso em: 14 abr. 2025.

NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa. et al. **Preconceito e estigma social frente ao HIV/AIDS no contexto de gênero e sexualidade: revisão integrativa**. REVISTA DELOS, v. 18, n. 63, e3790, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n63-181>.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. **O Pasquim e o papel do humor na resistência contra a ditadura militar**. Pesquisa & Educação a Distância, n. 11, 2018.

Nota do marombão promotions. O Pasquim, Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/22102>. Acesso em: 27 de Set. de 2025.

O ENIGMA que mata. Veja, São Paulo: Editora Abril, ed. 771, 15 jun. 1983.
O Nergume quer sair na mão. O Pasquim, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/124745/26806> . Acesso em: 06 dez. 2025.

O PASQUIM. “‘AIDS’ é coisa de viado”. Rio de Janeiro, n. 37, 1983, p. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/894770/789>. Acesso em: 13 de Fev. 2025

O PASQUIM. Rio de Janeiro, n.10, p. 17. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/894770/277>

O PASQUIM: SUBVERSÃO DO HUMOR. Direção: Roberto Stefanelli. Rio de Janeiro: Canal Brasil, 2004. 1 vídeo (52 min), som, color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UIOT-1LOV10>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PASQUIM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/pasquim>. Acesso em: 06 dez. 2025.

PASQUIM. In: DICIO – Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pasquim/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

PEREIRA, Bruna Ferrari. *Comissão Nacional da Verdade: limites e desafios*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/8080>. Acesso em: 23 nov. 2025

PERLONGHER, Néstor. **O que é AIDS**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINTO, Agnes Caroline S. et al. **Compreensão da pandemia da AIDS nos últimos 25 anos**. Brazilian Journal of Sexually Transmitted Diseases, v. 19, n. 1, p. 45–50, 2007.

POLEJACK, Larissa; SEIDL, Eliane Maria Fleury. **Monitoramento e avaliação da adesão ao tratamento antirretroviral para HIV/AIDS: desafios e possibilidades**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, supl. 1, p. 1201–1208, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232010000700029>.

POMPEU, Samira Loreto Edilberto; SOUZA Eloisio Moulin de. **A discriminação homofóbica por meio do humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional**. Organ Soc, v. 26, n. 91, p. 645–664, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9260912>.

PORTELA, Margareth Crisóstomo; LOTROWSKA, Michel.. Assistência aos pacientes com HIV/Aids no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, p. 70–79, abr. 2006.

PUBLISHNEWS. **A história do Pasquim jogando contra a repressão**. 21 jun. 2022. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2022/06/21/a-historia-do-pasquim>.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O Pasquim: embates entre a cultura política autoritária e a contracultura. Cadernos de História, Ouro Preto, v. 3, n. 2, p. 218–235, dez. 2008.

QUINALHA, Renan. *Lampião da Esquina* na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, n. 61, p. e216104, 2021.

REVISTA VEJA. **Os alvos preferidos do vírus**. Revista Veja, Edição 1019, Editora Abril, 16 mar. 1988, p. 67.

Rezende, Natan de Oliveira, Alves, Ismael Gonçalves & Pistorello, Danela. (2025). O estigma que mata: os discursos sobre HIV/AIDS no jornal O Pasquim (SP) - 1980 a 1990. *Revista Eletrônica História Em Reflexão*, 21(40), 497–520. <https://doi.org/10.30612/rehr.v21i40.19165>

ROCHA, Victor Lira. **A peçonha dos artrópodes sociais: a criminalização da transmissão do HIV no Brasil e no mundo**. 2019.

SAMPAIO, Letícia Maria Camillo. **A formação do Programa Nacional de DST/AIDS no Brasil**. 2018. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, A. F. C. DA .; CUETO, M.. HIV/Aids, os estigmas e a história. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, n. 2, p. 311–314, abr. 2018.

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.

SOARES, Priscilla da Silva.; BRANDÃO, Elaine Reis. **Não retorno de usuários a um centro de testagem e aconselhamento do estado do Rio de Janeiro: fatores estruturais e subjetivos**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 23, n. 3, p. 703–721, 2013.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora / AIDS e suas metáforas**. Tradução de Paulo Henriques Britto e Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SPINK, Mary Jane P. et al. **A construção da AIDS-notícia**. Cadernos de Saúde Pública, v. 17, p. 851–862, 2001.

TAVARES, Veronica. **Pasquim: Representações de Gênero e Sexualidade no Regime Militar (1964-1984)**. In: Anais do XV Encontro Regional da História da

ANPUH-Rio, v. 16, n. 04, 2015.

TEODORESCU, Lindinalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da Aids no Brasil: 1983–2003. Volume I: As respostas governamentais à epidemia de aids.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/historias_aids_Brasil_v1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

VEJA. Mal particular: Hormônios causariam doença entre homossexuais. Editora Abril, SP, 14 de Jul de 1982, p.76

VENTURINI, Luan Gabriel Silveira. Pela democracia e pela liberdade de expressão: a luta do semanário *Opinião* contra os cerceamentos da ditadura militar brasileira. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 13, n. 26, p. 110–128, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/9901>. Acesso em: 15 mar. 2026.

VOZES DA DEMOCRACIA - SENADOR HUMBERTO. **Paulo Gustavo fala de pandemia, humor e amor.** YouTube, 5 maio 2021. Disponível em: [YouTube](#). Acesso em: 29 jun. 2026.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. O paradoxo do território e os processos de estigmatização no acesso ao diagnóstico de HIV na atenção básica em saúde. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 20, n. 4, p. 229–240, out. 2015.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa: algumas considerações metodológicas.** Projeto história, v. 4, p. 89–102, jul. 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/12410/8995>. Acesso em: 1 nov. 2024.

ZUANAZZI, Vinícius. Imprensa alternativa brasileira: trajetórias de *O Pasquim* e *Henfil*. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 44., 2021. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-hj/vinicius-zuanazzi.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

ZUCCHI, Eliana Miura; PAIVA, Vera Silvia Facciolla; FRANCA JUNIOR, Ivan. Intervenções para reduzir o estigma da Aids no Brasil: uma revisão crítica. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1067-1087, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 mar. 2026. <https://doi.org/10.9788/TP2013.3-EE15PT>.

ANEXOS

ANEXO A – Registros da pesquisa

Registro de pesquisa



Termo	Ano	Edição	Página	Link	Tipo	Descrição da informação
HIV	1988	993	Nº 16	http://memoria.bn.gov.br/D...	Página completa	"326 Doentes são, ou eram, heterossexuais"
HIV	1988	993	Nº 16	http://memoria.bn.gov.br/DocRea/der/124745/32358	Página Completa	"A doença é masculina"
HIV	1988	994	Nº 8 e 9	http://memoria.bn.gov.br/DocRea/der/124745/32373	Página Completa	"Cobertura da II Teleconferência Pan-Americana sobre a AIDS"
HIV	1988	994	Nº 10	http://memoria.bn.gov.br/DocRea/der/124745/32376	Página completa	Campanha informativa
HIV	1988	994	nº 14	http://memoria.bn.gov.br/DocRea/der/124745/32380	Página completa	"As culpas da cultura"
HIV	1988	994	nº 17	http://memoria.bn.gov.br/DocRea/der/124745/32383	Página completa	Coletânea de textos
Aids	1980	599	nº 2	http://memoria.bn.gov.br/DocRea/der/124745/22102	Nota de charge	Página "Cartas", onde possui u satirizarão do uso do termo "AID"
Aids	1983	717	nº 23	http://memoria.bn.gov.br/DocRea/der/124745/26323	Citação do termo em texto	Texto "muito além dos 30%"
Aids	198	198	3	730	nº 27	http://memoria.bn.gov.br/DocRea/der/124745/26323

der/ 124 745/ 266 87	Char ge	"Má s notíc ias a resp eito do cânc gay"
--	------------	--

Aids ▾	1983	732	Nº 3	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/26719	Charge	Texto satírico com imagens
Aids ▾	1983	732	nº 28	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/26744	Charge	"Mãe, acho que estou com Aids mão"
Aids ▾	1983	735	nº 2	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/26806	Sessão de textos dos leitores	"O Nergume quer sair na mão"
Aids ▾	1983	736	nº 25	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/34155	Charge	"Charge de Dado Macedo"
Aids ▾	1983	737	nº 26	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/26858	Texto satírico	"Entreouvido"
Aids ▾	1983	739	nº 17	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/26905	Citação do termo em texto	"O verdadeiro corta barato"
Aids ▾	1983	745	nº 2	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/27058	Sessão de textos dos leitores	"Hitler não morreu em vão"
Aids ▾	1984	760	nº 6	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/27482	Texto satírico	"Anti candidato a muso do verã
Aids ▾	1984	762	nº 15	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/27535	Texto narrativo	"Festa de Bicha Paulista"
Aids ▾	1984	771	nº 2	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/124745/27690	Anúncio	"Picles"